

Universidade do Porto

Faculdade de Direito

Judite Lima

***ESTUDO SOBRE UM MERCADO RECREATIVO DE DROGAS NO PORTO***

Mestrado em Criminologia

Trabalho realizado sob a orientação do

Professor Doutor Jorge Quintas

Maio de 2013

## **Resumo**

O objetivo central deste projeto de investigação foi contribuir para o conhecimento do funcionamento do mercado de drogas retalhista em espaços urbanos.

Através desta investigação procurámos perceber de que forma o mercado de drogas retalhista de cariz recreativo se implementa espacialmente, nomeadamente, se os espaços utilizados pelos cidadãos nas suas atividades de rotina são necessários à sua formação, se os negócios envolventes, o tipo de droga, a necessidade de segurança e de clientes influenciam a escolha do local para a instalação do mercado. Pretendemos, ainda, perceber a natureza e as dinâmicas das relações estabelecidas entre vendedor/fornecedor, vendedor/polícia e vendedor/consumidor, perceber o impacto do tráfico na vida do vendedor de drogas, bem como, o impacto da legislação nacional do consumo e do tráfico sobre os vendedores.

O caminho metodológico traçado para atingir estes objetivos passou pela realização de seis entrevistas semiestruturadas a vendedores retalhistas de drogas, que operam num ambiente recreativo de diversão noturna.

Com os discursos obtidos pudemos concluir que o tráfico de drogas retalhista de rua obedece a padrões de escolha do local que tem que ver com o tipo de droga vendida, a necessidade de clientes, a necessidade de segurança, os negócios existentes nas áreas envolventes ao local do tráfico. A noite, os amigos, o álcool e as drogas aparecem como peças de um mesmo cenário.

Este mercado retalhista de drogas recreativas estrutura-se com base em relações de convivialidade e amizade. Pelo que o vendedor retalhista de rua está bem inserido no ambiente humano e local onde trafica.

Apuramos que o vendedor retratado neste estudo vê a sua ocupação como um meio de subsistência indistinto de qualquer outro. A legislação relativa ao consumo e ao tráfico não exerce um real efeito dissuasor sobre a atividade dos vendedores de drogas ilícitas no mercado recreativo. O vendedor de drogas ilícitas em ambiente recreativo não sente preconceito social e não tem uma imagem negativa de si e do que faz, porém, rejeita o rótulo

## ***Estudo sobre um mercado recreativo de drogas no Porto***

de traficante e não omite a vontade de trilhar um caminho lícito ao invés de seguir o caminho do tráfico.

Finalizamos apresentando as principais críticas ao trabalho realizado e algumas propostas de melhoramento e de investigações futuras.

## **Abstract**

The goal of this research project was to contribute to the knowledge of the functioning of the retail drug market in urban spaces.

Through this research sought to understand how the retail drug market-oriented recreation is spatially implements, namely, the spaces used by citizens in their routine activities are necessary for its formation, if the surrounding businesses, the type of drug, need for security and customer influence the choice of location for the installation market. We also want to understand the nature and dynamics of the relationship between dealer / supplier, dealer / police and dealer / consumer realize the impact of trafficking in the life of the trafficker, as well as the impact of national legislation in the drug use and trafficking of dealers.

The methodological path to achieve these goals by holding spent six semi-structured interviews to retail sellers of drugs that operate in an environment of recreational nightlife.

With speeches obtained we concluded that drug trafficking street retailer such a standard choice of site that has to do with the type of drug sold, the customers need, the need for security, the existing businesses in the areas surrounding the site The trafficking of the night, friends, alcohol and drugs appear as parts of the same scenario.

The market for such drugs is structured based on conviviality and friendship relations. By the Found that the seller portrayed in this study sees his occupation as a means of livelihood indistinguishable from any other. The legislation on the use and trafficking does not exercise real deterrent effect on the activity of sellers of illicit drugs in recreational market. The seller of illicit drugs in recreational environment feels no social prejudice and does not have a negative image of himself and what he does, however, rejects the label of dealer and does not omit the will to walk a legitimate instead of following the path of traffic .

We end by presenting the main criticisms of the work done and some proposals for improvement and future research. We end by presenting the main criticisms of the work done and some proposals for improvement and future research..

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar quero agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Jorge Quintas, pela orientação, conhecimento e críticas que me fez ao longo deste percurso de dois anos. Sem o seu contributo a minha ideia não teria alcançado a forma de trabalho científico.

Quero também agradecer a todos os professores da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto pela permanente disponibilidade para ajudar esta aluna em qualquer dúvida ou dificuldade.

Deixo uma palavra de agradecimento à Nídia Azevedo por ter sido incansavelmente generosa.

Agradeço a todos os entrevistados que acederam a participar neste estudo e que o tornaram possível.

Por último, agradeço aos meus pais que são o meu chão.

E a ti Ivo que és o meu pilar.

## **Índice**

	Pág.
<b>Resumo</b>	ii
<b>Abstract</b>	iv
<b>Agradecimentos</b>	v
<b>Introdução</b>	1
<b>Capítulo I. – Enquadramento teórico</b>	3
1. O meio físico delinquente e o meio social delinquente	3
2. Enquadramento histórico do fenómeno da droga em Portugal e da criminalização das condutas	9
3. O mercado de drogas ilícitas	13
3.1. Definição	13
3.2. Tipos e formas de organização do mercado de drogas	14
3.2.1. O vendedor de drogas a retalho	18
3.2.2. A rede social do vendedor de drogas	21
4. Estudos sobre as dimensões espaciais e sociais dos mercados de drogas ilícitas	23
4.1. Caracterização do espaço físico do mercado de drogas	24
4.2. Efeitos das atividades/negócios das zonas envolventes ao mercado de drogas ilícitas	26
4.3. O processo de tomada de decisão na escolha do local para a implementação de um mercado de drogas ilícitas	28

## *Estudo sobre um mercado recreativo de drogas no Porto*

<b>4.4.</b>	A importância da rede social do vendedor de drogas para a ausência de um local distinto para o mercado de drogas ilícitas	29
Capítulo II – Estudo Empírico: Um mercado recreativo de drogas no Porto		
<b>1.</b>	Metodologia	31
<b>1.1.</b>	Objetivo geral e objetivos específicos	31
<b>1.2.</b>	Descrição e fundamentação das metodologias	32
<b>1.3.</b>	Definição de conceitos	34
<b>1.4.</b>	Definição da amostra	34
<b>1.5.</b>	Instrumentos de recolha de dados	36
<b>1.6.</b>	Procedimentos	39
<b>1.7.</b>	Análise de dados	41
<b>2.</b>	Resultados	43
<b>2.1.</b>	Apresentação dos resultados	43
<b>2.2.</b>	Discussão dos resultados	57
<b>Conclusões</b>		64
 <b>Referências Bibliográficas</b>		66
 <b>Anexos</b>		75

## **Introdução**

A presente dissertação foi realizada no âmbito do Mestrado em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto e debruça-se sobre a temática dos mercados de drogas.

Procurámos com este projeto de investigação conhecer melhor um mercado de drogas específico, que se desenvolve num cenário recreativo, de rua, habitado por drogas recreativas e vendedores e compradores afastados do estereótipo de traficante e toxicodependente.

Na verdade, a caracterização de mercados de drogas duras, com elevados níveis de dependência, de mercados associados aos bairros sociais, fortemente marcados pela desorganização e desestruturação social, de mercados dentro de prisões, existe já na investigação científica, contudo o mercado de drogas de cariz recreativo tem sido menos estudado, sobretudo ao nível nacional (Chaves, 1999; Cunha, 2001, 2007; Fernandes, 1997; Neves, 1998).

O projeto é composto por dois capítulos principais que se subdividem. O primeiro capítulo corresponde ao estado da arte e ramifica-se em quatro partes. A primeira refere-se a uma breve nota relativamente ao tratamento criminológico dado ao meio físico e meio social delinquentes, a segunda a um enquadramento histórico relativo ao percurso das drogas em Portugal, a terceira a uma breve definição do mercado de drogas ilícitas de drogas e a última à relação entre o mercado de drogas e as dimensões espaciais e sociais do mesmo e seu reflexo na implementação do mercado.

No segundo capítulo é apresentado o desenho metodológico do estudo empírico. Este desenho está dividido em dois subcapítulos, o primeiro referente à metodologia e o segundo aos resultados. Quanto ao primeiro são apresentados os objetivos geral e específicos desta investigação e as hipóteses de partida, formuladas com o suporte teórico anterior. É apresentada e justificada a opção pela metodologia qualitativa e da seleção da amostra, são enunciados os instrumentos a utilizar, mais concretamente, a entrevista semiestruturada e é descrito todo o procedimento a seguir bem como a forma de tratamento e análise dos dados



recolhidos. Optámos pela metodologia qualitativa, uma vez que o nosso propósito era aceder às perceções do vendedor de drogas ilícitas relativamente à sua realidade. No segundo subcapítulo são apresentados, discutidos à luz da literatura pré-existente e interpretados os resultados obtidos.

A conclusão da dissertação visa integrar o passado, presente e futuro deste projeto. Pretende-se sintetizar os encontros entre os resultados desta investigação com o documentados pela comunidade científica, expor os principais contributos da mesma para o conhecimento científico sobre o tema, analisar as limitações do estudo e apresentar propostas de melhoramento e investigação futuras.

## **Capítulo I. – Enquadramento teórico**

### **1. O meio físico delinquente e o meio social delinquente**

A Criminologia Ambiental é um termo genérico para designar a facção da Criminologia que se dedicou ao estudo e análise da distribuição espacial do crime nas diferentes áreas que compõem o panorama urbano. Esta vertente criminológica combina duas tendências, uma mais tradicionalista, derivada da sociologia e outra, posterior, mais voltada para a distribuição espacial de pessoas e fenómenos no espaço urbano (Wright & Miller, 2005).

Guerry e Quetelet, ainda no século XIX, foram os primeiros investigadores a elaborar uma relação do número de crimes ocorridos num determinado espaço e a tentar estabelecer relação entre estes dados (Wright & Miller, 2005).

Nos mesmos moldes em que os investigadores da bioecologia demonstravam que as plantas se adaptam ao seu ambiente espalhando-se por uma área de acordo com um padrão, que lhes permite envolverem-se e retirarem dos recursos ambientes várias utilidades, os investigadores da Escola de Chicago estudaram as cidades industriais em expansão. Os elementos das comunidades urbanas estavam organizados no espaço de forma sistemática. Nascia assim a ecologia humana, de base sociológica, dedicada ao estudo da estrutura urbana essencialmente na sua dimensão espacial (Hawley, 1981).

Em 1925 Park, conjuntamente com outros investigadores da Escola de Chicago, procurou conhecer e definir a organização espacial da cidade, as ocupações e cultura nela presentes. O autor argumenta que aquilo que comumente identificamos com a cidade, os edifícios, estradas, entre outros, são apenas coisas, bens, que só fazem parte da cidade viva quando se torna utensílios, ferramentas na mão do indivíduo e da comunidade.

O bairro é a forma mais elementar de organização social. Eles existem sem organização formal e dão forma aos interesses locais. Nos EUA existem bairros a dissolver-se

e outros em construção, existem, ainda, certos bairros isolados da comunidade em geral. Quanto a estes bairros mal conotados, tentou-se a sua reabilitação através da construção de parques e da introdução de modalidades desportivas (Park, 1925).

Burgess (1925), outro investigador da Escola de Chicago, com a teoria das zonas concêntricas explicou que o espaço da cidade de Chicago caracterizado pela precaridade das condições humanas, sociais, económicas e culturais apresenta maior volatilidade ao crime. Explica que sendo uma zona de transição e de passagem a verificação de elevados índices de criminalidade suscitam a ideia de transmissão dos valores criminais presentes naquele espaço físico.

Shaw e McKay (1942) elaboraram um estudo no qual relacionaram a delinquência juvenil e as zonas urbanas. Concluíram que a maioria dos jovens delinquentes do sexo masculino provinha de áreas periféricas a zonas comerciais e industriais, sendo mesmo escasso o número de jovens provenientes de outras áreas.

É necessário compreender as relações que se estabelecem entre a população de um local e o ambiente que a envolve, nas suas interações e relações, ou seja, o ecossistema. É destes fenómenos que nasce a organização da comunidade. (Hawley, 1981)

Cohen e Felson (1979) centram-se na forma como as atividades do dia-a-dia afetam a convergência no espaço e no tempo dos três elementos mínimos do crime. Para que um crime ocorra é necessário: delinquentes motivados; alvos adequados; ausência de guardiões eficazes (Cohen e Felson, 1979; Felson 2002). Brantingham e Brantingham (1981) argumentaram que para existir crime é necessária a concomitância de uma lei, um agressor, um alvo e um local. Ou seja, sem a existência de um local onde convirjam os restantes elementos não existe crime.

Atividades de rotina são quaisquer atividades recorrentes e prevalentes cujo objetivo é satisfazer as necessidades básicas individuais e da população, entre elas, o trabalho, o abrigo, o aprovisionamento de alimentação, o lazer. A marcha da vida proporciona novas oportunidades para o crime. As atividades diárias não só afetam a localização dos alvos pessoais e patrimoniais, colocando-os, por vezes, em locais de visibilidade e fácil acesso, num

dado momento, como providenciam os meios para cometer infrações, mas também para controlar/guardar daqueles que as cometem (Cohen & Felson, 1979; Felson, 2002).

Fernandes (1997)<sup>1</sup> referiu quanto aos locais por ele observados que o mesmo espaço pode servir de cenário a atividades normativas e a atividades criminosas. Observou que estas diferentes atividades parecem desenvolver-se com um certo equilíbrio dentro dos bairros, devendo-se isso ao carácter oculto do tráfico de droga, que se cruza com a onnipresença do mesmo. Quanto ao narcotráfico em Portugal, Cunha (2007) explica que este não prefigura um quadro económico e de trabalho distinto, ele é absorvido “na ordem do quotidiano” (p. 178).

Clarke (citado por McLaughlin & Muncie, 2001) explicou que a conceção de oportunidade criminal engloba diversos elementos, entre eles, o elemento renascido do classicismo, de que a atuação de um agressor é dirigida ao seu próprio interesse. O autor explica que a ação humana tem uma explicação mais económica do que social, baseia-se na utilidade esperada. O agressor é, portanto, um decisor racional. Acrescenta que na ótica da teoria da escolha racional, o crime é um comportamento intencional que pretende satisfazer as necessidades triviais do ofensor, tais como obtenção de dinheiro, estatuto, sexo e entusiasmo. A satisfação destas necessidades envolve a tomada de decisões e escolhas. Para explicar estas escolhas o autor alerta para a necessidade de analisar cada crime em específico, não só porque diferentes crimes satisfazem diferentes propósitos, mas também porque cada contexto situacional envolvente da decisão criminal será diferente de crime para crime.

Os agressores escolhem alvos racionalmente, por exemplo, escolhem alvos longe do seu local de residência para evitarem serem reconhecidos (Brantingham & Brantingham, 1981).

Cohen e Felson (1979) não se debruçaram sobre o porquê das motivações para o crime do delinquente, dão a tendência para o crime, ou seja, a existência de delinquentes motivados, como um dado. O crime não é resultado da motivação de um individuo mas da perceção da oportunidade. Situação que é influenciada pela distribuição das oportunidades, pela urbanização e pela mobilidade (Brantingham & Brantingham, 1981).

---

<sup>1</sup> Fernandes, J.L. (1997), realizou um estudo etnográfico nos bairros sociais da cidade do Porto, integrado num conjunto de pesquisas sobre a ecologia social das drogas.

Parece ser em locais como os *hot spots* que as oportunidades criminais mais vezes convergem. Os *hot spots* são pequenos locais nos quais a ocorrência de crimes é de tal forma frequente que é altamente previsível, pelo menos durante o período de um ano (Sherman, 1995). Fernandes (1997) traçou um paralelo a esta definição no âmbito do tráfico de drogas quando explica que os bairros periféricos da cidade (do Porto) são os locais de eleição para a implementação de um mercado de rua de drogas duras, são as “zonas quentes” (p.328). Estas áreas podem corresponder a um café, uma esquina estrategicamente escolhida por permitir ver todo o espaço envolvente antecipando, assim, as aproximações de estranhos, pode também ser a entrada de um prédio ou qualquer outro pequeno espaço onde se realiza a associação diferencial de Sutherland.

Newman (cit. In Eck, 1994) no estudo encetado sobre o espaço defensável concluiu que os responsáveis pela ordenação do espaço, alteram o ambiente físico para que a vigilância natural, ou seja, os guardiões, sejam eficazes. Nesta linha surgiu Clarke (1997) com a corrente teórica da prevenção situacional, que não pretendeu eliminar as tendências delinquentes mas tornar a prática de um crime um ato menos atrativo para os indivíduos. Assim, foi com base na Criminologia Ambiental e suas vertentes que a prevenção situacional se desenvolveu.

Clarke e Weisburd (1994) explicaram que a principal crítica recebida pela teoria da prevenção situacional é de que o delinquente impedido de aceder a determinado alvo vai voltar as suas atenções para outros alvos e outros locais, vai mudar os seus métodos ou vai escolher outro tipo de crime. Fernandes (1997) apresentou conclusões numa linha de pensamento algo semelhante, pois durante a sua investigação pode perceber que o controlo social, mesmo o formal, não conseguia eliminar o tráfico de droga, conseguia apenas suspender o seu aparecimento num determinado lugar por um determinado período de tempo, logo emergindo um outro local para substituir o que havia sido desmantelado. Como argumentou Agra (2008) “os territórios psicotrópicos mantêm-se sob as aparências da sua dissolução” (p. 40).

Se são muitos os autores que se debruçaram sobre os elementos do meio físico que influenciam o crime, outros tantos procuraram no meio social outras explicações.

Os estudos realizados neste âmbito levam à conclusão de que os jovens delinquentes persistentes se associam a um grupo de pares, também eles delinquentes, todavia, a dúvida permanece quanto a qual o fator causa e qual o fator efeito. Não há consenso quanto a ser a associação a indivíduos delinquentes que leva ao crime nem quanto a ser a prática reiterada de crimes que proporciona uma aproximação útil de indivíduos desviantes (Cusson, 2007). É pacífico na literatura científica que há uma aproximação de indivíduos que partilham os mesmos interesses (Cusson, 2007).

Sutherland, Cressey, & Luckenbill, (1992) propõem que se analise o crime como a qualquer outro comportamento humano uma vez que ele é aprendido como todos os outros. Alerta, portanto, para o facto de que na análise do crime deva ser tido em conta o processo que levou ao seu cometimento. O ser humano aprende determinados conteúdos através de determinados processos, no caso do delinquente, ele aprende as técnicas para delinquir, as explicações, as desculpas, através de um determinado processo que é o processo de associação a indivíduos delinquentes que lhe vão comunicar definições favoráveis ao crime e desfavoráveis à lei.<sup>2</sup> Isto não significa que o indivíduo não esteja também exposto a influências desfavoráveis ao crime, contudo, ele estabelece um contacto preferencial com as favoráveis.

No encalço destes autores, também Akers (cit. In Cusson, 2007) defendeu que os comportamentos delinquentes são aprendidos através de um processo. Este é constituído por quatro etapas: a associação diferencial (os comportamentos delinquentes são aprendidos nos grupos mais próximos do indivíduo, a família e os amigos), as definições (é a forma como o indivíduo reage e o significado que dá ao comportamento criminal), a imitação (o indivíduo vai recriar os comportamentos daqueles que no grupo de pares, família tem aos seus olhos melhor estatuto) e o reforço diferencial (que não é mais de que o saldo entre os benefícios e malefícios de ter tido um comportamento delinquente). Este último momento é particularmente importante, uma vez que a repetição de atos desviantes varia na razão inversa da existência de sanções para os dito comportamentos.

---

<sup>2</sup> Esta teoria da associação a definições favoráveis ao crime e desfavoráveis à lei ficou conhecida por Associação Diferencial.

Nesta mesma linha de investigação surge a teoria de Cusson, que vem colocar acento tónico na influência que os delinquentes têm sobre os seus pares. Segundo este autor a influência é exercida de acordo com quatro fases: a instigação, nesta fase os delinquentes mais experientes têm o papel de iniciadores dos mais inexperientes no cometimento do primeiro crime; a aprovação, que explica que um delito perpetrado na presença de outros delinquentes do seu grupo traz maior prazer ao perpetrador pois tende a obter daqueles a sua aprovação; a eficácia, consubstancia-se na maior probabilidade de ter sucesso cometendo um crime com coparticipantes do que sozinho; e as justificações., que são as desculpas, negações que os delinquentes mais experientes transmitem aos menos no sentido de bloquearem as definições favoráveis à lei e à norma (Cusson, 1989).

Cohen (1971) procurou explicar a delinquência juvenil dizendo que o delito ocorre porque os jovens provenientes de classes baixas, trabalhadoras, se identificam com os valores orientadores da subcultura delincente. Posteriormente, Miller (1958) desenvolve uma teoria também voltada para a explicação dos crimes cometidos por adolescentes associados em grupos de rua – “adolescent street corner groups” – que buscava uma explicação igualmente subcultural.

Anos mais tarde, no rescaldo da realização dos primeiros inquéritos de delinquência autorrevelada, a comunidade científica depara-se com uma realidade desconhecida e que vinha contrariar em certa medida esta teorias subculturais, os resultados revelavam um número muito elevado de crimes cometidos por jovens de classes médias (Dias e Andrade, 1997). As motivações que presidem a estes crimes parecem ser os problemas típicos de indivíduos em idades jovens, problemas de ansiedade, de estatuto, frustrações, que encontram no grupo espelho (Dias e Andrade, 1997).

## **2. Enquadramento histórico do fenómeno da droga em Portugal e da criminalização das condutas**

Agra (2011) propõe que a leitura do percurso histórico das drogas em Portugal seja feita por fases. Segundo o autor a história das drogas em Portugal pode ser partida em vários períodos dos quais faremos uma breve caracterização.

O primeiro período remonta à época dos descobrimentos, século XV, época em que Portugal detinha o monopólio das especiarias e das drogas ricas. Os portugueses eram movidos pela ambição do saber e vários estudiosos da época se dedicaram o estudo dos princípios ativos das substâncias e seus efeitos, estudos estes que nos dias de hoje se enquadrariam no âmbito dos estudos sobre drogas. A atitude face às drogas era, portanto, de grande curiosidade pelo que seria para o povo português praticamente desconhecido (Agra, 2011; Poiares, 1996, 1999).

O segundo período da história das drogas em Portugal inicia-se com a passagem do século XVIII para o século XIX. Este período ficou marcado pela burguesia colonial e pela formação de um segundo império, o Brasil. O comércio de escravos e drogas enriqueceu a burguesia colonial. (Agra, 2011).

A abolição da escravatura e a independência do Brasil (início do século XIX) marcam o início de uma nova era. A burguesia colonial vê-se forçada a regressar a Portugal e traz consigo uma enorme riqueza que vai ser direcionada para a indústria nacional florescente. Crescem as cidades urbanas e industriais e assiste-se ao aparecimento de uma camada jovem que vive nas cidades na vagabundagem. É nesta fase que surge a Coca-Cola (1885), bebida inicialmente feita à base de folhas de cocaína e que foi alvo do slogan pessoano que perdurou até aos dias de hoje: “*Primeiro estra-se, depois entranha-se.*” Mais tarde, em Portugal, vem a proibir-se o consumo da Coca-Cola por força do princípio do higienismo cultivado pelos republicanos que proibiram não só o consumo de Coca-Cola, como também a pornografia e a prostituição (Agra, 2011; Agra, novembro de 2011; Poiares, 1996, 1999).



No início do século XX Portugal vive uma grande transformação política com a instauração da ditadura. Nesta fase da vida de Portugal o estímulo ao consumo de álcool era feito por entidades públicas, pelo próprio chefe de Estado que dizia: “*Beber vinho é dar de comer a um milhão de portugueses.*” (António de Oliveira Salazar). Apurou-se que à data Portugal era o segundo país do mundo com mais mortes por cirrose (Agra, novembro de 2011).

No panorama internacional, após largos anos de guerra entre a Inglaterra e a China nesta matéria, em 1909, em Xangai, é assinado o primeiro tratado internacional sobre o comércio de drogas não terapêuticas do qual fizeram parte treze países, um dos quais Portugal. O objetivo principal era precisamente o de controlar, limitar, o comércio das drogas não terapêuticas. A esta conferência seguiram-se outras, mas já sob a direção da Liga das Nações, em Haia (1912), em Genebra (1925), entre outras. A Europa estava no rescaldo da I Grande Guerra e o consumo de drogas massificou-se por todo o território, então, o objetivo das conferências foi progressivamente mudando do controlo do comércio para a proibição da produção e do consumo de drogas (Agra, 2011; Poiars, 1996; Quintas, 2011).

Em 1961 inicia-se um ciclo de conferências internacionais sob a égide das Nações Unidas. A primeira a realizar-se é a Convenção de Viena<sup>3</sup>, que teve por propósito dar sentido a uma série de tratados internacionais produzidos até então e assentava na ideia de proibição, controlo do uso produção e tráfico através da cooperação internacional. Em 1971 realiza-se a Convenção sobre substâncias psicotrópicas e em 1988 realiza-se a Convenção contra o tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, ambas com o propósito de reagir à diversificação e ao aumento do rol de drogas bem como ao alargamento do campo de influência do tráfico de drogas (Agra, Fonseca, Quintas & Poiars, 1996; Agra, 2011).

De regresso à experiência portuguesa, Portugal aprovou a Conferência de Xangai à qual foi chamado em virtude das relações existentes com Macau. Neste país o consumo de drogas (ópio) era generalizado e banalizado, porém em Portugal crê-se que era praticamente inexistente. Contudo, por razões financeiras e pela referida cultura de consumo de ópio em Macau só anos mais tarde se conseguiu implementar medidas de efetivo combate à droga. Até

---

<sup>3</sup> Que vem a ser ratificada em Portugal pelo Decreto-Lei 435/70 de 12 de Setembro.

esta data os médicos, os farmacêuticos e os estabelecimentos de diversão noturna detinham a exclusividade das drogas. A lei primeira lei em Portugal criada para a temática das drogas foi o Decreto 12210 de 31 de agosto e fazia o tratamento das mesmas numa perspetiva proibicionista do tráfico e do consumo (Agra, 2011; Quintas, 2011).

Portugal, que até então tinha uma postura branda relativamente às drogas por toda esta experiência histórica, assiste nos anos 70 do século XX a uma adesão ao paradigma penalizador. A lei das drogas de 1970 integra um princípio proibicionista e assiste-se ao tratamento do consumidor enquanto delinquente, enquanto simbolizador de crime. (Agra, 2011; Quintas, 2011). Entra em vigor a primeira campanha de dissuasão do consumo intitulada “Droga, loucura e morte”. Na realidade em Portugal o consumo de droga ainda se restringia aos campus universitários, o consumo não se havia massificado verdadeiramente e o tratamento político do tema era despropositado. Criou-se o Gabinete de combate à droga que funcionava como uma verdadeira polícia especial que caçava os estudantes consumidores (Agra, 2011).

Em vinte e cinco de abril de 1974 Portugal vê tombar a ditadura e instituir-se a democracia. No período chamado de pós vinte e cinco de abril a droga torna-se em Portugal um problema social (Agra, 1998). Nas colónias ultramarinas o consumo de drogas estava banalizado e os retornados trazem esse hábito consigo no regresso a Portugal (Agra et al., 1996). Progressivamente o consumo de drogas passa de certas elites sociais, como os estudantes universitários, para a generalidade da população. Vão-se formando os primeiros mercados de droga, em Lisboa e no Porto, que alimenta um público essencialmente jovem (Agra, 2011; Quintas, 2011).

Nos anos oitenta do século XX assiste-se ao despoletar da epidemia da heroína que se abateu por toda a Europa. A droga “já não aparece sozinha”, anda de mãos dadas com o crime, a doença, a insegurança (Agra, 1998, pp 56). As consequências da epidemia de heroína começam a fazer-se sentir de forma temível, o número de infetados com o vírus VIH dispara.

O Decreto-Lei n.º 430/83 de 13 de Dezembro vem alterar a lei das drogas, abraça os entendimentos das convenções internacionais até então realizadas, numa tentativa de melhor enquadrar Portugal no panorama internacional de combate às drogas. Se por um lado aumenta

a severidade das penas para o tráfico que é considerado criminalidade organizada, por outro lado as penas aplicadas aos consumidores são meramente simbólicas pois ele começa a ser visto como um doente e não um delinquente, que necessita de tratamento. O tratamento era proporcionado pelo CEPD que agia sob a direção do Ministério da Justiça, contudo, a alteração do prisma pelo qual o toxicodependente era visto fez com que o tratamento passasse a ser feito pelo Centro das Taipas, sob a égide do Ministério da Saúde (Agra et al., 1996; Agra, 2011; Quintas, 2011).

É introduzida, ainda, por esta lei a figura do consumidor-traficante. Esta época fica marcada também pelos esforços de investigação e sistematização das substâncias psicotrópicas (Agra et al., 1996; Agra, 2011; Quintas, 2011).

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 15/93 de 22 de janeiro tem o propósito de ratificar a Convenção das Nações Unidas de 1988. As alterações de conteúdo não são significativas, traficante e consumidor continuam a ser encarados sob o mesmo paradigma, intolerância quanto ao primeiro e piedade quanto ao segundo, porém, nesta altura o consumo de droga é já em grave problema social em Portugal (Agra et al., 1996).

Em 1995 reestrutura-se a atividade policial quanto às drogas, alargando o campo de ação da PSP e GNR ao pequeno tráfico. Mas o caráter e os mecanismos repressivos previstos pela legislação não tem correspondência com a diminuição do problema, ou seja, o consumo de drogas e todos os problemas que a ele estão associados continuaram a aumentar (Quintas, 2011). Face a esta conjuntura é reunida uma comissão de especialistas com o objetivo de construir um plano nacional de resolução do problema das drogas e desta reunião resulta a ENLCD<sup>4</sup>. As propostas, nomeadamente a descriminalização do consumo de drogas, desta comissão vieram a ser plasmadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/99 de 26 de Maio e mais tarde incorporam a Lei 30/2000 de 29 de novembro (Quintas, 2011).

Os estudos realizados com este propósito demonstravam que a perseguição legal ao consumo e tráfico de drogas não produziu durante os anos em que vigorou efeitos satisfatórios de contenção do fenómeno, em grande medida porque “os danos do controlo suplantam os danos do uso de drogas” (Quintas, 2011, pp. 296).

---

<sup>4</sup> Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga.

Atualmente em Portugal vigora a lei n.º 30/2000 de 29 de novembro no panorama das drogas. Esta lei descriminalizou o consumo de drogas em território nacional.

Por volta do ano 2000 foi criado o Instituto Português da Droga e Toxicodependência que desenvolve uma ação inovadora, atua ao nível da saúde, providenciando o tratamento dos consumidores, da dissuasão, através das comissões para esse efeito e no plano científico, com estudos no tema. O período atual é considerado o do tratamento “sanitário-dissuasivo” das drogas (Agra, 2011, p.12; Quintas, 2011). O IPDT passou anos mais tarde a adotar a designação de IDT<sup>5</sup> e hoje encontra-se extinto, sendo que a ação por este desenvolvida cabe hoje ao SICAD<sup>6</sup>.

Não existe no corpo da lei qualquer sanção penal para o consumo de drogas, porém, estão previstas determinadas sanções que se entenderam serem adequadas a promover a dissuasão do comportamento de consumir (multas). Ao toxicodependente a lei concede condições para usufruir de tratamento médico para a sua adição, uma vez que estes indivíduos são, no ponto de vista atual, doentes.

A experiência portuguesa continua hoje a ser alvo de estudos e comparações, todavia, pode constatar-se que “Portugal não se tornou o *paraíso das drogas* por via da descriminalização do consumo” (Agra, 2011, pp.9).

### **3. O mercado de drogas ilícitas**

#### **3.1. Definição**

O mercado de drogas ilegais é, desde 1926, sempre do ponto de vista legal considerado tráfico. A definição tráfico de droga na legislação portuguesa atual retira-se do

---

<sup>5</sup> Instituto da Droga e Toxicodependência.

<sup>6</sup> Serviço de Intervenção no Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

corpo dos artigos 21.º, 24.º e 25.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro. O artigo 21.º menciona as situações pelas quais um indivíduo pode ser punido a título de tráfico de droga, assim, “quem, sem para tal se encontrar autorizado, cultivar, produzir, extrair, preparar, oferecer, puser à venda, vender, distribuir, comprar, ceder, ou por qualquer título receber, proporcionar a outrem, transportar, importar, exportar, fizer transitar ou ilicitamente detiver”, as substâncias tipificadas na lei como drogas ilícitas, pratica o crime de tráfico de droga.

O artigo 24.º e o artigo 25.º constituem duas exceções à regra geral do artigo 21.º, o primeiro diz respeito ao tráfico de menor gravidade, que envolve pequenas quantidades de droga e o segundo ao traficante-consumidor, no qual se atende às especificidades deste indivíduo que realiza condutas de tráfico para seu próprio consumo e são punidas com penas mais atenuadas.

O United Nations Office on Drugs and Crime (2012) expressa noção semelhante referindo-se ao tráfico de droga como uma transação global ilícita que envolve o cultivo, a manufatura, a distribuição e a venda de substâncias que são alvo de proibição pelas leis da droga

### **3.2. Tipos e formas de organização do mercado de drogas**

As atividades de distribuição de droga podem estender-se a uma cidade, um país ou em muitos casos envolver vários países (Dorn, Murji, & South, 1992).

Existem dois tipos básicos de distribuidores de droga, os distribuidores a retalho e os distribuidores grossistas. Os distribuidores grossistas são traficantes que negociam com grandes quantidades (quer do ponto de vista do peso como do valor) de cocaína, *crack* e heroína. Os distribuidores grossistas de mais elevado nível são responsáveis pela importação das drogas dos países produtores e o seu objetivo é a venda de grandes quantidades da mesma. Eles supervisionam e são os responsáveis pelo financiamento, transporte, passagem de fronteiras das drogas, mas quase nunca estão na posse física das mesmas ou efetuam eles mesmos qualquer transação. estes distribuidores de alta envergadura são os responsáveis pela

redes transnacionais de pessoas que efetuam a importação e distribuição por grosso. No que concerne à distribuição a retalho existem dois subtipos: os distribuidores de um nível mais baixo que são responsáveis por tarefas relacionadas ou com a droga ou com o dinheiro, nunca com ambos simultaneamente, ou transportam, ou entregam, ou contam, ou protegem; os vendedores a retalho, propriamente ditos, são responsáveis quer pela droga quer pelo dinheiro, são o reflexo ilícito de um vendedor a retalho de um negócio lícito (Johnson, Dunlap, & Tourigny, 2000).

Em 2007 o Matrix Knowledge Group procurou definir os vários papéis desempenhados nos vários níveis de tráfico (o tráfico internacional, o tráfico nacional/regional e o tráfico local/a retalho). No panorama internacional e no panorama nacional explica que os atores são os mesmos, o grossista, o vendedor, o comprador e o distribuidor, variando o local, o tamanho e o valor das transações. Quanto ao tráfico a retalho encontra sete tipos de atores, o vendedor por grosso que compra a droga em grandes quantidades para a distribuir por uma área, o comprador procura a droga numa única área, o vendedor, por sua vez, vende numa única área, o transportador realiza o transporte da droga dentro de uma específica área, o armazenista guarda a droga no período que medeia a venda e a compra, o retalhista é o dealer que vende aos consumidores e o estafeta é aquele que entrega a droga sob direção do retalhista.

Johnson (2003) considerou existir um negócio de tráfico de droga quando uma ou mais pessoas controlam as atividades de outras pessoas numa relação muito semelhante à relação empregador/trabalhador.

Duprez e Kokoreff (2000) sublinharam a semelhança entre a lógica organizacional da economia legal e da economia ilegal, nomeadamente no que respeita aos mecanismos de formação de preços dependentes da oferta e da procura, a variedade dos produtos, os tipos de distribuição, a divisão do trabalho numa multiplicidade de papéis (os vigias, os caçadores de clientes, os revendedores, os tesoureiros, entre outros).

Hough e Natarajan (citados por Murji, 2007, p. 781-782) explicam que a distribuição de drogas nos meios industrializados tem aparecido ligado a grupos minoritários em determinadas fases do processo. A convergência de desvantagens sociais e económicas crê-se

estar associado ao envolvimento destas minorias no tráfico de rua. O envolvimento no tráfico devido à exclusão social sofrida pode relacionar-se com o sistema de hierarquia quer com o da economia de mercado, já a organização em rede parece estar vinculada ao contacto com os países produtores da droga (Murji, 2007).

Não obstante a dificuldade de categorizar uma realidade mutável e criativa como os mercados de droga, distinguem-se sete categorias de negócios de tráfico: as associações de beneficência; as sociedades mutuárias; os negócios paralelos; negócios de crime diversificado; negócio de oportunidade; especialistas da venda a retalho; e atividades de tráfico patrocinadas pelo Estado (Dorn et al., 1992).

Dorn et al. (1992) explicaram que as chamadas associações de beneficência são negócios de tráfico vinculados a argumentos ideológicos de defesa do consumo de certas substâncias, como a marijuana e o *ecstasy*, pelo que o lucro com a atividade é uma consequência secundária do mesmo. As sociedades mutuárias são negócios de tráfico estabelecidos sobre redes de amizade entre traficantes-consumidores que vendem e trocam drogas entre si. O tráfico pode surgir enquanto atividade paralela a um negócio lícito como forma de obtenção de um rendimento adicional. Frequentemente o que explica a ligação entre negócios lícitos e o tráfico de droga é a necessidade de disfarce e proteção no transporte e no momento da venda, bem como a necessidade de efetuar a lavagem do dinheiro proveniente do tráfico (Dorn et al. 1992). Os autores continuam explicando que existem verdadeiras empresas de crime diversificado nas quais o tráfico representa apenas uma das suas vertentes, nestes casos é essencial o contacto com intermediários que farão a ligação aos fornecedores. Dorn et al. (1992) referiram, também, os negócios patrocinados pelo Estado, ou seja, negócios de tráfico que resultam da colaboração de forças públicas, nomeadamente da polícia, é o caso dos informantes da polícia que são encorajados a manter a sua atividade por ser de serventia à investigação policial. Por último, mencionam os especialistas da venda a retalho que desenvolvem um negócio de venda de droga no qual empregam uma variedade de pessoas, com funções específicas na cadeia de distribuição de droga, tais como, a deslocação da mercadoria, a proteção, a entrega, a recolha do dinheiro, a vigilância. São, normalmente, negócios estáveis, hierarquicamente estruturados e com operações comerciais bem organizadas. Este formato está estritamente ligado ao tráfico de rua, contudo, os autores

puderam observar a existência de tráfico retalhista a funcionar a partir das residências dos traficantes numa lógica semelhante às de um agente comercial. Na rua, o traficante procura o seu poiso, que pode ser um café, uma esquina, ou até uma peça do chamado mobiliário de rua como um poste de iluminação pública (Dorn et al., 1992). A competição pelo domínio dos locais e pelos clientes é especialmente intensa neste tipo de tráfico (Fernandes, 1997).

O tráfico pode, ainda, ser alvo de oportunistas, ou seja, de indivíduos ou pequenos grupos que negoceiem em atividades irregulares conforme as oportunidades que se lhes apresentam. São normalmente jovens e menos experientes, procuram não só dinheiro como também estatuto social e até alguma diversão (Dorn et al., 1992).

Dorn et al. (1992) puderam retirar da sua análise duas conclusões, a primeira é de que os mercados de droga são desordenados pelas presenças flutuantes de traficantes que ora estão ora saem, as formas de operar que se alteram constantemente, as subidas e descidas na hierarquia, a segunda é de que os mercados de droga são simples, pois são fáceis de compreender à luz de algumas teorias sobre a economia de mercado. Johnson em 2003 refere-se àquele carácter complexo do tráfico ao notar que os traficantes de mais baixo estrato alternam de funções, por vezes, em minutos.

Quanto mais se desce na hierarquia maior é a exposição à repressão e à desaprovação. Os consumidores-trafficantes, que na hierarquia se situem como distribuidores de nível mais baixo, são os que correm mais perigos, são usados pelos traficantes de nível superior para levarem a cabo as tarefas mais perigosas, sendo que normalmente apenas lhes pagam se estas forem bem-sucedidas (Duprez & Kokoreff, 2000). Johnson (2003) notou que estes indivíduos são também os que apresentam maiores níveis de pobreza.

Alguns estudos verificam que os traficantes a retalho são também consumidores, porém nem todos são dependentes, pelo que a atividade serve antes de mais para satisfazer a sua dependência, não sendo raros os casos em que o pagamento pelo desempenho das suas tarefas seja feito em droga (Johnson, 2003).

As cadeias de fornecimento de drogas ilegais possuem várias estruturas em rede, umas compostas por indivíduos relacionados ao mais alto nível, outras compostas por pequenos



grupos flexíveis a atuar num nível intermédio quer no comércio local e regional e por último os operadores do comércio a retalho (Dorn, Oette & White, 1998)

### **3.2.1. O vendedor de drogas a retalho**

Johnson (2003) sublinhou que quanto à sua visibilidade o tráfico de droga pode fazer-se em redes privadas e/ou em redes públicas. As redes públicas envolvem os traficantes de rua, hierarquicamente situados num nível inferior e caracterizam-se pela venda de droga em locais públicos e pelo anonimato, ou seja, vendedor e comprador raramente se conhecem. As redes privadas são comuns entre a classe média. Caracterizam-se por se moverem em ambientes privados, pelas transações serem, normalmente, orientadas por telefone e por serem raros os casos de intervenção da polícia sobre estas redes. O autor refere, ainda, a existência dos chamados *freelancers*, situação em que o traficante vende sozinho e é responsável pela droga e pelo dinheiro. Contudo, explica o porquê da sua quase inexistência, primeiro porque se tratam normalmente de traficantes-consumidores que consomem toda a droga que possuem e porque os grupos organizados de traficantes afastam estes competidores do mercado.

O tráfico retalhista de canábis é levado a cabo essencialmente por indivíduos do sexo masculino (Steinman, 2003; Coomber e Turnbull, 2007). Embora as mulheres tenham vindo a acentuar o seu papel na distribuição, ainda são uma minoria (Dunlap e Johnson, 1996; Sommers, Baskin & Fagan, 1996).

O vendedor que se inicia no tráfico por via do consumo e para poder proporcionar o abastecimento de amigos não se vê como traficante, desde logo porque a classificação de traficante apela para uma imagem de alguém que vende em locais públicos, como bares e discotecas, alguém cuja única fonte de rendimento é o tráfico, que vende todo o tipo de drogas e que obtém elevados valores com a venda das mesmas. Por oposição o vendedor de drogas recreativas que vende a amigos, ocasionalmente em fins-de-semana e festas, que obtém pequenos lucros e que se dedica a outras atividades profissionais, procura para si nomenclaturas diferentes, prefere intermediário, facilitador, vendedor (Tunnell, 1993; Jacinto,

Duterte, Sales, & Murphy, 2008). O mesmo sucede com a palavra “tráfico”, esta é evitada e substituída pela palavra “venda” servindo esta como camuflagem dada a sua polissemia e não causando tanto impacto negativo a quem a ouve (Cunha, 2001).

Jacinto et al. (2008) procuraram perceber como os vendedores de Ecstasy construía a sua identidade enquanto vendedores tendo denotado que a entrada destes indivíduos no tráfico, na esmagadora maioria dos casos, não se dá através de uma decisão consciente de construir uma carreira neste submundo, mas por ser uma oportunidade de por um lado ter acesso a drogas para facilitar aos seus amigos e por outro de obter um rendimento extra e paralelo ao rendimento proveniente das suas atividades profissionais.

O tráfico é uma atividade totalmente inserida na vida quotidiana e doméstica das mulheres estudadas por Cunha (2001), foi com facilidade e autonomia que estas mulheres se iniciaram na venda como *freelancers*. Um número considerável das traficantes se iniciou na venda, por estar a atravessar um período difícil financeiramente, através de empréstimos de conhecidas que fiaram droga como quem empresta “três ovos ou uma chávena de sal” (p. 9). Estar integrado no mundo do tráfico é tão natural como estar integrado no mundo do trabalho. O tráfico é apenas mais uma forma de aumentar os rendimentos familiares, mas não substitui os empregos/ocupações lícitos.

O traficante cujas características têm sido expostas passa ao lado do reconhecimento social como traficante, são *secret deviants* (pp 434). Alguns evitam efetuar vendas em locais como bares e discotecas por sentirem que as pessoas à sua volta, que lhe são desconhecidas, começam a associá-los a essa atividade (Jacinto et al., 2008). Contudo, a literatura mostra a imersão voluntária na imagem de traficante de indivíduos cujos rendimentos provenientes do tráfico são avolumados. Os próprios vínculos a empregos lícitos paralelos ao tráfico se quebram facilmente com o aumento dos lucros com o tráfico (Sommers, Baskins & Fagan, 1996)

Coomber e Turnbull (2007) verificaram que os vendedores ocasionais, pequenos e médios de marijuana não se veem como traficantes, recusando tal designação pois segundo eles um “dealer” é um indivíduo que tem elevados lucros com a venda de droga e eles apenas vendem aos amigos, aos fins-de-semana, para se divertirem. Aliás, os autores salientam o facto de que

a ordem de razões que orienta a distribuição deste tipo de drogas nesta “arena de transações” é muito distinta da que orienta o verdadeiro mercado de droga.

O traficante de drogas recreativas como o ecstasy nega a ideia de estar a provocar algum dano a alguém, acredita estar a proporcionar uma experiência fantástica a quem vai consumir e até mesmo estar a prestar um serviço de medicina tradicional (Jacinto et al., 2008). O processo de dar e receber, de partilhar, droga de amigos e com amigos é visto pelo traficante como uma atividade social (Coomber e Turnbull, 2007). Neves (1998) salientava que nem tudo no tráfico deve ser lido na sua versão obscura e negativa, existem também pontos positivos no tráfico para quem o realiza, como o aumento de rendimento e de estatuto. Um outro ponto positivo, quando se refere ao tráfico realizado dentro de bairros socais, é o de o traficante não ter esse rótulo, ele tem um nome, uma identidade, reconhecida pela vizinhança (Neves, 1998).

Jacinto et al. (2008) demarcaram três trajetórias padrão dos vendedores de Ecstasy, por um lado existem os vendedores que foram puxados para o tráfico por serem consumidores e conhecerem os vendedores a quem recorriam frequentemente para comprar droga para amigos, por outro existem aqueles que já vendiam outras substâncias e começam a vender Ecstasy porque a procura por parte dos clientes assim o exigiu e por ultimo existem traficantes que começaram a vender Ecstasy com o único propósito de obter lucro. O mesmo padrão comportamental foi encontrado por Little e Steinberg (2006). Não obstante verificarem a existência destas trajetórias padrão os resultados dos seus estudos apontam para o facto de que o tráfico destas substâncias ilícitas de conotação recreativa gira em torno de dois conceitos basilares, a confiança e a lealdade (Jacinto et al., 2008).

Coomber e Turnbull (2007) apresentam tipologias de vendedores de marijuana em função do nível de vendas efetuadas, existem os vendedores ocasionais, os pequenos, os médios e os grandes. De acordo com os autores o que distingue os vendedores de marijuana é o volume de vendas que alcançam e a maior ou menor orientação ara o lucro que nos últimos é máxima e nos primeiros é quase inexistente. Contudo, em todos os casos puderam verificar que todos os vendedores desenvolvem a sua atividade no seio das suas relações de amizade. Há, ainda, nestes caso mais moderados de traficantes uma procura de pequenos lucros suficientes para alimentar o consumo próprio.

### **3.2.2. A rede social do vendedor de drogas**

Por se moverem entre amigos e conhecidos em quem depositam confiança os traficantes não se preocupam em possuir meios de proteção especialmente elaborados relativamente à polícia. Evitar falar do assunto em público e pelo telefone, vender apenas a amigos e conhecidos são os cuidados suficientes para os fazer sentir a salvo de possíveis detenções (Jacinto et al. 2008).

Pese embora a existência de risco de ser exposto e acabar por ser detido e da consciência da ilegalidade da sua atividade, o vendedor de drogas continua a vender por força da lealdade que sente dever aos seus clientes/amigos (Jacinto et al., 2008).

Cunha (2001) ao analisar as redes relacionais de mulheres, de todos os pontos de Portugal, a cumprir pena de prisão por tráfico de droga alerta para os laços familiares como essenciais nas carreiras de tráfico destas mesmas mulheres, pois através deles podem criar um sistema baseado “num mínimo de confiança e lealdade necessárias a qualquer transação arriscada” (p. 8). Acrescem aos laços de parentesco os estabelecidos em função da vizinhança, que não podem ser considerados menos fortes. Forma-se em torno do tráfico uma malha tecida por fios de sangue e fios de vizinhança. Esta panóplia de recursos familiares e humanos proporcionam às traficantes, nomeadamente de cocaína, a possibilidade de construírem uma carreira no tráfico e, paralelamente, manterem uma identidade convencional (Dunlap e Johnson, 1996). Cenário semelhante encontraram Coomber e Turnbull (2007) ao estudarem os vendedores de cânabis, estes foram introduzidos no mundo da venda e consumo por amigos, familiares, conhecidos ou namorados e Steinman (2003) ao estudar o tráfico por jovens estudantes do ensino secundário.

Cunha alerta também para o facto de que estas alianças estabelecidas em função do tráfico são voláteis (2001). “A rede pessoal de um delinquente é o conjunto das relações diretas e indiretas de codelinquência por ele estabelecidas” (Cusson, 2007, pp ?). o autor vai mais longe e afirma que as relações sociais do delinquente comum assentam em alianças ocasionais, oportunas e temporárias às quais os delinquentes não são fiéis (Cusson, 2007).

Contudo é firme a constatação da importância dos laços familiares no tráfico. Estes laços não são exclusivamente os de sangue, mas os de um conjunto de pessoas que partilham uma identidade e um conjunto de valores que os ligam de uma forma familiar, que lhes oferecem a proteção de uma família (Dorn et al., 1992)

O tráfico não cria conexões sociais diferentes na vida do traficante, ele desenrola-se dentro das redes sociais já existentes na vida destes indivíduos (Cunha, 2001). O desempenho de papéis sociais como os de mãe, filha, sustento de família, imprimem uma marca na forma como traficam (Dunlap e Johnson, 1996). A comunidade, a família e os pares são pontos cruciais na construção de uma carreira no tráfico (Cunha 2001; Dunlap e Johnson, 1996; Steinman, 2003; Little e Steinberg, 2006).

A análise do tráfico semiperiférico fez Cunha (2001) alertar para a necessidade de um exame cuidado de determinadas associações clássicas tais a associação do tráfico de droga à crise de valores das sociedades modernas, à crise da família e à desagregação social. Quanto à associação à crise de valores e à crise familiar não se levantam questões maiores (Dunlap e Johnson, 1996; Cunha, 2001). Já a associação à desagregação social merece destaque pois o tráfico desenvolve-se através de fortes ligações sociais, de parentesco, vizinhança, nomeadamente (Cunha, 2001). Neste sentido apontavam também os resultados de Dunlap e Johnson (1996), segundo os quais a vinculação a estruturas sociais tradicionais e normais não evita o desenvolvimento de uma carreira no tráfico, pelo contrário, é nessas estruturas que encontra terreno fértil para se desenvolver.

Uma das estruturas fulcrais para o desenvolvimento dos jovens é o seu grupo de pares, alguns autores mostram o funcionamento de um mercado de drogas dentro deste grupo de amigos e conhecimentos. Desde logo, a droga mostra-se presente no contexto de diversão noturna de jovens (Recasens et al., 2007; Schensul, Diamond, Disch, Bermudez & Eisrman, 2008).

Steinman (2003) mostrou uma outra perspetiva quando analisou o tráfico entre estudantes do ensino secundário. Apurou que este é comum no meio escolar devido à estreita ligação entre o consumo e tráfico dentro do grupo de pares. A rede social do jovem é determinante na sua decisão de consumir e de vender. Todavia, notou que os jovens que se iniciam no tráfico

enquanto frequentam a escola possuem fracos laços familiares e laços a outras instituições sociais, como por exemplo as religiosas. A alienação de objetivos de vida convencionais, o fraco supervisionamento parental, a ausência de um meio envolvente rico em oportunidades, vem juntar-se às relações com pares com trajetórias desviantes no rol de fatores motivadores da procura do tráfico por jovens (Little e Steinberg, 2006).

Murphy, Waldorf e Reinerman (1990) explicam que a entrada no mundo da venda de cocaína é um processo fluido e socialmente integrado. Um indivíduo pode entrar no tráfico por uma ou mais do que uma de cinco vias, pode começar a vender apenas para amigos e eventualmente aumentar o investimento conforme os lucros obtidos, pode vender para sustentar o próprio vício, pode procurar vender drogas com maior qualidade e em maiores quantidades, tornando-se um fornecedor, pode, ainda, iniciar-se através da orientação e mentorado de um dealer mais experiente com quem venha a partilhar o negócio, ou, ainda, pode vender cocaína como expansão e diversificação de uma carreira de venda anterior dedicada a outras drogas.

#### **4. Estudos sobre as dimensões espaciais e sociais dos mercados de drogas ilícitas**

Fernandes (1997) afirmou que o mundo do traficante é o seu território, o tráfico é “territoriodependente”.

Os criminologistas ambientais encetam as suas investigações no sentido de conhecerem onde e quando o crime ocorre, de conhecerem as características físicas e sociais do cenários criminais, de perceberem os movimentos, as rotas que fazem convergir num mesmo local agressores e alvos, compreenderem o processo que leva à escolha de determinado local como fundo de um crime, bem como o processo social do *labeling* ambiental, de perceberem em que medida as normas legais criam espaços criminais, de compreenderem a distribuição espacial de alvos e agressores em meios urbanos, suburbanos e rurais e, ainda, de compreenderem de que forma esta dimensão do crime se relaciona com as restantes (Brantingham & Brantingham, 1981).

A carreira criminal de um espaço pode ser analisada de acordo com seis dimensões: a data de início de ocorrências criminais; a probabilidade de ocorrerem mais crimes após o cometimento do(s) primeiro(s); a taxa de frequência da ocorrência de crimes; a duração da carreira criminal; a média de tempo de intermitência; e o tipo de crimes cometidos, bem como a especialização em certos tipos de crimes (Sherman, 1995).

É possível estudar as relações entre o tráfico de droga e os locais desse mesmo tráfico através de vários tipos de estudos: investigação de pequenos grupos, ou nichos do tráfico; investigação sobre as características físicas do cenário do tráfico; investigação acerca dos efeitos dos estabelecimentos circundantes a uma área destinada ao tráfico nesse mesmo crime; investigação das distâncias e rotas percorridas por traficante e consumidor até ao local da troca; e entrevistas ao traficante para perceber o seu processo de toma de decisão no sentido do tráfico (Eck, 1994).

#### **4.1. Caracterização do espaço físico do mercado de drogas**

Taniguchi, Ratcliffe e Taylor (2011) dedicaram-se ao estudo de um espaço específico dentro do espaço dos *gangs*, as esquinas. Estas são locais de tráfico de droga ao ar livre e locais de definição do espaço do próprio *gang*. Escolheram como cenário da investigação a cidade de Camden, Nova Jérnia. Os autores reconheceram três espaços diferentes, os mercados de esquinas dominadas por um só *gang*, os mercados de esquinas dominadas por vários *gangs* e as esquinas sem tráfico e sem domínio de *gangs*. Nas esquinas em que os *gangs* lutam pelo domínio da distribuição de drogas verifica-se um maior número de crimes correlacionados, todavia não foi possível aos autores estabelecer uma relação causal entre o estatuto de esquina de tráfico dominada por *gangs* e o crime. Ou melhor, não foi possível, aos autores, determinar se as esquinas de tráfico estão a conduzir o crime nas áreas circundantes ou se as esquinas de tráfico se estão a estabelecer em zonas já fortemente fustigadas por elevadas taxas de criminalidade. Também não encontraram evidências de que os locais de tráfico ao ar livre dominados por grupos de tráfico apresentam níveis de criminalidade mais reduzidos.

Concluíram que o mais importante para determinar a criminalidade violenta e contra a propriedade associada ao tráfico não é o envolvimento sociodemográfico, mas a localização do próprio tráfico e se o seu controlo é pacífico ou disputado por vários *gangs*.

Fernandes (1997) explorou e tentou conhecer o interior de um mundo que se esconde e cujas dinâmicas não estão ao alcance do cidadão comum, o mundo das drogas. O autor explicou que um território psicotrópico é um local onde a droga é um tema de conversa quase incontornável entre as pessoas que nele se movimentam. Um território psicotrópico é um lugar de concentração de residentes, vizinhos, consumidores de fora do bairro.

Fernandes (1997) referiu que o mercado ilícito das drogas é constituído por territórios privados, onde o tráfico se faz de forma organizada, discreta, quase impercetível e territórios públicos, preenchidos por aqueles que não possuem condições para a organização privada. Caracterizou a “cidade química” como “um conjunto de territórios: uns relativamente visíveis, porque são feitos de ruas, de esquinas e de partes de bairros; outros relativamente ocultos porque são feitos de clubes noturnos de entradas seleccionadas, de apartamentos ou de *meetings* privados.” (p.327).

Estes locais de tráfico são relativamente seguros pois possuem um sistema de vigilância próprio dirigido pelos traficantes que controlam o mercado. O investigador pôde observar que a forma como um ator psicotrópico atua com maior prudência num território que lhe é estranho demonstra a territorialidade do fenómeno da droga (Fernandes, 1997).

Fernandes (1997) chamou, ainda, a atenção para a importância dos “interstícios de tempo”, o lugar físico onde o tráfico ocorre é de fulcral importância para a compreensão dos mercados de rua, todavia, há uma capacidade do traficante de desaparecer de um momento para o outro e de se instalar quase imediatamente num outro lugar, lugar este que não é desconhecido dos atores destes mercados, há como que um itinerário recorrente. A polícia não dissuade apenas interrompe a troca. Os territórios psicotrópicos possuem a capacidade de resistir ao controlo social que se lhes dirige. O autor observou e concluiu que em nenhum momento obteve qualquer indicador de que o controlo social sobre os territórios psicotrópicos fizesse diminuir a oferta de droga, eventualmente “faz diminuir ou cessar uma esquina, um grupo de *dealers*, ou a centralidade de um bairro; mas logo outro fica no centro”. A droga



apresenta-se numa dimensão distinta a que chama de espacialidade oblíqua, que só é compreendida pela traficante e pela polícia (Fernandes, 1997).

#### **4.2. Efeitos das atividades/negócios das zonas envolventes ao mercado de drogas ilícitas**

McCord e Ratcliffe (2007) elaboraram um estudo através do qual procuraram perceber se determinados fatores atratores de crime e elementos de desorganização social podem contribuir para a predição da localização dos mercados de droga. Partiram da ideia de que os locais socialmente desorganizados são convidativos ao tráfico de droga por apresentarem um elevado número de consumidores e ausência de recursos que permitam a prevenção deste crime. No que concerne aos atratores de crime partiram da premissa de que os mercados de droga procuravam instalar-se perto de certo tipo de negócio, tais como, estabelecimentos de venda de álcool, centros de tratamento de droga, estações de metro, casas de penhores. Este tipo de negócios criaria oportunidades criminais em dois sentidos, primeiro, seriam um ponto de passagem por determinado local de consumidores nas suas atividades de rotina, depois, porque espaços como paragens de autocarro e estações de metro facilitariam o acesso às áreas de tráfico por parte de consumidores de fora do bairro.

Os resultados não suportaram a ideia de partida dos investigadores quanto ao impacto dos atratores do crime no tráfico de droga. Concluíram que estes elementos atratores não eram a primeira motivação para a instalação de um mercado de droga. Todavia, a desorganização social de um bairro mostrou-se como fator de peso na escolha do local para o tráfico pelo traficante. A existência de casas de penhores, estabelecimentos de venda de álcool, casas de abrigo, demonstraram ter um efeito inibidor no crescimento dos mercados de droga presentes nos bairros onde esses estabelecimentos estavam situados (McCord & Ratcliffe, 2007)

Não obstante, os resultados obtidos por McCord e Ratcliffe (2007), não verificarem o impacto dos elementos atratores de crime nas áreas de mercados de droga, os autores

defendem não poder abandonar-se o estudo deste tópico, mas pelo contrário, incrementar investigações no sentido de conhecer intercalar os mercados de droga nas zonas urbanas.

Ford e Beveridge (2004) exploraram as características demográficas e urbanas dos bairros de acordo com as variações que apresentavam nos níveis visíveis de tráfico de droga visível. Averiguaram, ainda, a existência de atividades comerciais lícitas nesses mesmos bairros, por exemplo, a existência de livrarias, bem como de atividades ou negócios considerados indesejáveis, tais como casas de massagens, locais de venda de bebidas alcoólicas, lavandarias comunitárias, lotes de carros usados, entre outros. Os autores pretendiam elaborar um conceito de eficácia coletiva que era por eles idealizado como a capacidade de os residentes de um bairro resistirem às incursões de atividades tidas por ameaçadores bem como a de atrair atividades de aumento da qualidade de vida. Os autores obtiveram resultados no sentido da variação na razão inversa entre a existência de negócios comerciais lícitos e o tráfico de droga visível, quer isto dizer que os locais que apresentavam maiores índices de tráfico visível correspondiam às áreas com menor implementação de atividades lícitas. Todavia quando o tráfico se esconde dos olhares públicos, aí não se registaram diferenças consideráveis entre os locais de menor ou maior volume do tráfico e a implementação de negócios lícitos. As conclusões dos autores tiveram direção diversa no que toca à relação entre a implementação de atividades indesejadas e o tráfico de droga visível. Ora, quanto a estes verificaram que o número de negócios indesejados registado em locais com elevados índices de tráfico visível é semelhantes ou até, em certos casos, inferiores aos registados em locais com índices de tráfico baixos. Verificam que os locais com mais elevado número de atividades indesejadas são os que apresentam maiores índices de tráfico não visível. Os investigadores concluíram que os bairros onde se verifica a existência de tráfico de droga visível se distinguem daqueles onde este não se vislumbra, não pela existência de um cenário composto por negócios comerciais indesejáveis, mas pela ausência de atividades lícitas desejáveis o que sugere a ausência da eficácia coletiva dos bairros para afastar o mau e atrair o bom.

#### **4.3. O processo de tomada de decisão na escolha do local para a implementação de um mercado de drogas ilícitas**

Eck (1994) defendeu que a tomada de decisão de um traficante quanto à escolha do local, do cenário do crime é muito semelhante à de um agressor num crime predatório, não obstante os elementos processados serem distintos. Não significa que procuram os mesmos locais, mas que o cálculo usado é muito semelhante. Esta assunção leva o autor a propor que qualquer diferença na escolha do tipo de local para a concretização do crime provirá, não do tipo de ofensor, mas do tipo de crime que lhe subjaz. À semelhança do que haviam feito os criminologistas ambientais quanto aos crimes predatórios, quis perceber se existem diferenças sistemáticas entre os locais usados para o tráfico de droga e locais que não são usados com esse fim.

Com a sua investigação Eck (2004) concluiu, em primeiro lugar, que os locais utilizados pelos cidadãos nas suas atividades de rotina diárias são espaços necessários para a formação de um mercado regional e aberto de droga. Em segundo lugar concluiu que os traficantes não aparecem em determinado local por obra do acaso, estes indivíduos tem preferência por determinados tipos de locais, preferência esta presidida pelo tipo de droga que vendem e pelo tipo de estruturas envolventes, bem como pelo equilíbrio constante entre a necessidade de segurança e a necessidade de clientes.

Os traficantes fixam-se essencialmente em três tipos de locais: em apartamentos (sobretudo blocos), em espaço comerciais, tipo motéis e em lojas de conveniência. Os traficantes, sobretudo os dedicados à venda de cocaína, tanto em pó como *crack*, e heroína, procuram apartamentos de pequenas dimensões, junto de vias muito movimentadas, que não possuam grande organização interna e apresentem um perímetro envolvente seguro. No que toca aos motéis e lojas de conveniência, estes indivíduos escolhem locais com um amplo espaço na sua frente que dará acesso a uma artéria principal e com grande luminosidade, para que traficante e consumidor possam ver e serem vistos (Eck, 1994).

Eck (1994) referiu a especificidade do tráfico de metanfetaminas e de marijuana, explicando que, de acordo com os dados obtidos junto das forças policiais, o tráfico que tem por base este produto se desenvolve essencialmente por redes. Por este motivo, estes indivíduos não necessitam de se situar junto de vias públicas principais, estando associados os becos e ruelas. Todavia, o autor pôde averiguar se preferem estes espaços por serem locais que lhes proporcionem trajetos de fuga melhores ou para evitarem que o consumidor estabeleça a associação ao local.

Em 2006 Gilliam propôs-se a compreender porque é que é menos provável que os consumidores de droga procurem a mesma em mercados de droga em espaços fechados. Os espaços fechados proporcionam maior segurança para quem procura droga, por se encontrarem longe da violência das ruas e da supervisão da polícia, então o autor questiona-se acerca das razões que levam a que estes mercados sejam preteridos em função dos ao ar livre.

Gilliam (2006) argumentou que o aumento de desvantagens a vários níveis numa comunidade a torna mais desorganizada e reduz o número de guardiões eficazes, facto que permite que os consumidores tenham menos uma captura pela polícia quando procuram por droga. Assim, não temem procura-la nos mercados ao ar livre. Os consumidores com cumprimento de pena de prisão no seu passado são a exceção a esta tendência verificada pelo autor, uma vez que apresentam como conduta mais provável a da procura de droga em mercados circunscritos a locais fechados. Em consonância com o estudo de Eck, observou a especificidade dos mercados de metanfetaminas, que se desenvolvem essencialmente em locais fechado

#### **4.4. A importância da rede social do vendedor de drogas para a ausência de um local distinto para o mercado de drogas ilícitas**

O tráfico retalhista tem o seu epicentro no domínio doméstico e num sistema de relações estratégicas (Chaves, 1999).

O tráfico de droga é de entre as atividades ilícitas aquela que se apresenta como a mais apelativa e de espectro mais abrangente, não só pelas oportunidades de negócio que proporciona, como também por ser segura, uma vez que assenta essencialmente em redes domésticas constituídas por indivíduos das relações próximas do traficante, por outro lado é a que menos exige fisicamente dos indivíduos. Estas características permitem que qualquer indivíduo possa desenvolver esta atividade, mesmo aqueles que não tenham qualquer carreira criminal (Chaves, 1999). Além disto, tráfico gera outras consequências que não podem ser vistas como negativas, são elas, o prazer sentido pelo consumidor no momento do seu consumo, uma fonte de rendimentos e de estatuto, bem como de uma série de benefícios indiretos a quem nele está de alguma forma envolvido (Neves, 1998).

O tráfico de cocaína feito por mulheres esconde-se da sociedade em geral, é raras vezes levado ao conhecimento da polícia, estas mulheres não têm, portanto, registo criminal e funcionam social e domesticamente de acordo com os padrões normais de mulher, mãe, trabalhadora (Dunlap e Johnson, 1996).

## **Capítulo II – Estudo Empírico: Um mercado recreativo de drogas no Porto**

### **1. Metodologia**

#### **1.1. Objetivo Geral e Objetivos Específicos:**

Partimos para o presente projeto de investigação com o objetivo geral de contribuir para a sedimentação do conhecimento acerca do funcionamento dos mercados de droga retalhista de rua em espaços urbanos.

Esta investigação procurará perceber de que forma se efetua a implementação espacial do mercado de drogas, nomeadamente, se os espaços utilizados pelos cidadãos nas suas atividades de rotina são necessários à formação de um mercado de droga retalhista de rua, se os negócios existentes nas áreas envolventes, o tipo de droga, a necessidade de segurança e a necessidade de clientes influenciam a escolha do local do mercado. Procuraremos, ainda, perceber a natureza e as dinâmicas das relações estabelecidas entre vendedor/fornecedor e vendedor/consumidor, perceber o impacto do tráfico na vida do vendedor, inclusive a sua dimensão moral, o impacto da legislação nacional sobre o consumo e sobre o tráfico sobre as dinâmicas dos mercados de droga urbanos.

O local selecionado para o presente estudo reúne uma série de características que o tornou pertinente para este efeito, desde logo, por se situar no centro da cidade do Porto, por ser um local frequentado essencialmente por jovens, sobretudo pela população universitária, por ser uma zona de diversão noturna com uma história de vida muito curta, terá emergido na noite do Porto nos últimos cinco a sete anos, não existindo qualquer estudo que a inclua enquanto mercado de drogas ilícitas. Não obstante estas motivações, jamais poderíamos ignorar a importância do fator proximidade na escolha do local.

Com base no exposto formulamos a seguinte questão de investigação: Como funciona o mercado de drogas de cariz recreativo, de rua, numa zona de diversão noturna na cidade do Porto?

A título complementar propusemos ainda as seguintes hipóteses de investigação:

- Hipótese 1: O mercado de droga retalhista de rua obedece a padrões de escolha do local que tem que ver com o tipo de droga vendida, a necessidade de clientes, a necessidade de segurança, os negócios existentes nas áreas envolventes ao local do mercado.
- Hipótese 2: O mercado de droga de rua estrutura-se com base em relações de convivialidade.
- Hipótese 3: O vendedor retalhista de rua está bem inserido no ambiente humano e local onde trafica.
- Hipótese 4: O vendedor retalhista de rua vê a sua ocupação como um meio de subsistência indistinto de qualquer outro.
- Hipótese 5: A legislação relativa ao consumo e ao tráfico não exerce um real efeito dissuasor sobre os vendedores de drogas ilícitas no mercado recreativo.

## **1.2. Descrição e Fundamentação das Metodologias**

Atendendo que o objetivo do presente projeto passa, *grosso modo*, por conhecer o funcionamento dos mercados de droga pela perspectiva dos seus intervenientes, entendemos que o desenho desta investigação será qualitativo.

Faremos uma breve abordagem dos motivos nos quais se funda e através dos quais se justifica a nossa opção metodológica.

A realidade é um conjunto de símbolos partilhados. Cada individuo interage com o ambiente que o envolve e com os outros indivíduos com base nos significados que dá às

manifestações da realidade. O comportamento delinquente é apenas mais uma das manifestações comportamentais do indivíduo que deve, portanto, ser visto como um todo. Esta forma de construção da realidade denomina-se de interacionismo simbólico. Partindo desta lógica interacionista o investigador utilizará como modo de conhecimento (científico) da realidade que pretende estudar a interpretação (Agra, 2001). Erickson (cit. por Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 1994) utiliza a expressão *paradigma interpretativo* para enfatizar a importância da atividade da interpretação na investigação qualitativa, enquanto outros autores preferem a expressão *paradigma compreensivo*. Ambas expressões pretendem salientar que o essencial para a investigação qualitativa é aceder ao conjunto de vivências e significados do outro.

O investigador deve procurar aceder aos significados que os indivíduos alvo do estudo construíram acerca da sua realidade e para tal a linguagem assume um papel determinante (Agra, 2001). A investigação qualitativa assenta em pressupostos filosóficos diferentes da investigação quantitativa, estas diferenças exigem a utilização de uma linguagem distinta e própria de uma metodologia que procura conhecer fenómenos sociais e experiências pessoais e humanas (Fade, 2003).

Partindo desta abordagem é incontornável a referência à *Grounded Theory* de Glaser e Strauss (1967). Os autores propõem a descoberta da teoria a partir dos dados, através de uma análise indutiva. Esta análise deve ser permanente ao longo da investigação e deve ditar o seu fim ou a sua continuação (saturação teórica). Desta forma a amostragem baseada nesta linha de ideias é uma amostragem teórica, que visa atingir a representatividade através da qualidade dos elementos escolhidos e não do número (Glaser & Strauss, 1967).

Contudo, os autores da *Grounded Theory* rejeitam toda e qualquer influência teórica prévia e, na verdade, o investigador pode e deve utilizar o conhecimento científico já existente para a formulação da sua investigação, ainda que a título provisório (Maroy, 1995). É esta a atitude epistemológica que fundamenta o estudo que agora desenhamos.

Para conseguirmos compreender, ainda que modestamente, algo sobre o mundo da droga é necessário perceber a heterogeneidade de atores que habitam este *mundo social* (Fernandes



& Carvalho, 2000). Nas palavras de Fernandes e Carvalho (2000, p. 22) “o investigador reconstitui um mundo social ao seguir a pista a quem o protagoniza”.

### **1.3. Definição de conceitos**

Para efeitos do presente projeto importa o contacto com o “elemento final da cadeia de distribuição” (Fernandes, 1998, p.74). Então, entende-se vendedor enquanto o pequeno retalhista que realiza o contacto direto com o consumidor.

O consumidor será entendido como o indivíduo que compra e consome drogas e que é frequentador da zona noturna de diversão em análise.

Os proprietários de espaços de diversão noturna são elementos que detêm e gerem espaços de ócio noturno no local estudado.

### **1.4. Definição da amostra**

Numa investigação qualitativa, “os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica que representam, mas antes devido ao seu carácter exemplar” (Ruquoy, 1995, p.103). A representatividade na investigação científica não se prende com a aleatoriedade da amostra, mas com a recolha de pontos de vista que possam fornecer a melhor perspetiva sobre o assunto em estudo (Flick, 2005). Os indivíduos são vistos como “informantes-chave” (Poupart, 1996, p. 222).

Assim, os métodos de seleção da amostra serão adaptados não só aos atores e contextos em questão, como às limitações de recursos a que estamos confinados e também aos interesses dos próprios investigadores.

Quanto ao espaço estudado, seleccionamos um espaço situado na Baixo do Porto. Este local foi escolhido por ser uma zona de diversão noturna recente na cidade do Porto, o seu sucesso enquanto destino de diversão verifica-se há pouco mais de cinco anos. É também uma zona que se demarca das típicas zonas de mercados de drogas urbanos (e.g. bairros sociais) já densamente exploradas na cidade do Porto. Ao contrário destas, esta veia central da cidade do Porto não constitui, ainda, objeto de qualquer estudo. A escolha foi feita, portanto, com base nos critérios da intencionalidade e conveniência (sobretudo espacial).

No que respeita à seleção da amostra de vendedores, partimos do pressuposto defendido por Pearson (cit. in Fernandes & Carvalho, 2000) de que não existem pessoas ou contextos absolutamente ocultos, isto porque qualquer individuo é sempre conhecido de alguém, pertence sempre à rede de conhecimentos de alguém. Partimos, portanto, de uma amostragem teórica e intencional. Acederemos através de informante privilegiado à primeira entrevista realizada com um vendedor. Utilizaremos o critério da *conveniência*, mas não no sentido originário dado por Patton (1990) de acesso a elementos amostrais que estão mais próximos proporcionando uma seleção mãos fácil e barata. A seleção amostral inicial é conveniente por tirarmos partido de informantes privilegiados, podendo assim aceder à “*crucial information*” (p.181). Para a seguinte partiremos do princípio que “um dealer tem uma grande probabilidade de conhecer um outro dealer”, então, será utilizado o método bola de neve (Fernandes, 1998, p. 79).

É possível que possam surgir algumas dificuldades em obter a total colaboração dos entrevistados, pelo menos num primeiro momento. Sobretudo quando o tópico sobre o qual versa a investigação é delicado. Deverá o investigador estar preparado para tal cenário e não permitir que a não colaboração de alguns indivíduos da amostra condicione a investigação. Caberá ao investigador aproximar-se dos entrevistados e conseguir convence-los da essencialidade da sua participação para a elaboração da investigação (Albarelllo, Digneffe, Hiernaux, Maroy, Ruquoy & Saint-Georges, 1997).

O método *snowball* é um método de amostragem intencional que parte das redes sociais dos indivíduos já amostrados para chegar a mais participantes. Mostra-se especialmente útil para aceder a mundos ocultos (Fernandes & Carvalho, 2000; Mack, Woodsong, MacQueen, Guest & Namey, 2005). Fernandes e Carvalho (2000) explicam que o *snowball* é “a ferramenta para a reconstituição empírica dum mundo social” (p.22) A escolha da técnica de amostragem nos estudos que envolvem populações ocultas e problemas sociais não deve ser tomada de ânimo leve, sobretudo quando se pretende ter impacto sobre as políticas públicas sociais ou de saúde pública (Watters & Biernacki, 1989)<sup>7</sup>.

A soma de um grande número de relatos ou opiniões não é o objetivo que preside à escolha da amostra em investigação qualitativa, procura-se aceder a opiniões e vivências pessoais, únicas e distintas (Fraser & Gondim, 2004). Procurámos envolver o maior número possível de vendedores de drogas, mas no tempo disponível não nos foi possível efetuar mais do que seis contatos, admitimos, portanto, que o critério ideal de saturação teórica não tenha sido plenamente conseguido. Ou seja, pelos motivos expostos findamos a recolha de material no fim das seis entrevistas (Flick, 2005)

### **1.5. Instrumentos de recolha de dados**

A produção/recolha de dados na nossa investigação realizar-se-á através de seis entrevistas a vendedores de droga.

Tínhamos a intenção de confrontar a informação obtida nas entrevistas com informação proveniente de outros métodos de investigação no sentido de construir uma visão mais aprofundada da complexa realidade que são os mercados de droga, pretendendo, assim,

---

<sup>7</sup> Watters e Biernacki em 1989 desenvolveram uma técnica de estudo de populações escondidas a que chamaram *Targated Sampling*. Consiste na combinação de vários contributos de outras técnicas, como a amostragem teórica, a etnografia, questionários estratificados, entre outros, no sentido de conseguir ultrapassar a grande subjetividade da amostragem por conveniência e a excessiva aleatoriedade da amostragem aleatória. Aplicaram este método para estudar e disseminação do VIH em consumidores de droga e seus parceiros sexuais.

conseguir uma *triangulação metodológica inter-métodos*, todavia, por força das contingências temporais a que estamos sujeitos tal não nos foi possível (Flick, 1996)

Realizámos entrevistas semiestruturadas, com base num guião<sup>8</sup> especialmente construído para o efeito e que se apresenta segundo a seguinte organização: (I) *informação pessoal*, onde serão incluídas informações acerca da idade, género, local de residência, habilitações literárias, situação laboral, caracterização da família de origem e situação familiar presente, (II) o *funcionamento do mercado de drogas*, sendo recolhidos dados acerca de locais de tráfico, procedimentos, comunicação, drogas mais vendidas, preços, contextos, (III) *as relações interpessoais*, estabelecidas entre os diferentes intervenientes neste mercado, (IV) a *vivência do tráfico*, onde serão abordados aspetos como a trajetória pessoal no âmbito do tráfico, a dimensão moral da participação no mercado e, finalmente, (V) o *impacto da legislação*, onde se procurará perceber o conhecimento legal nesta matéria da parte dos intervenientes bem como o impacto desse mesmo (des)conhecimento na dinâmica do mercado de droga.

Mas, “asking questions and getting answers is a much harder task than it may seem at first” (Fontana & Frey, 2000, p. 61)

A entrevista privilegia a palavra, portanto, a comunicação. É o instrumento por excelência para apreender os “significados, valores e opiniões e compreender uma realidade social com profundidade” (Fraser & Gondim, 2004, p. 150). Este instrumento é tido como o “meio adequado para levar uma pessoa a dizer o que pensa, a descrever o que viveu ou o que viu, ou aquilo de que foi testemunha” (Poupart, 1997, p. 227)

Vai, portanto, de encontro ao paradigma compreensivo pelo qual pautamos a investigação. De acordo com Poupart (1997, p. 216) a entrevista qualitativa é o instrumento capaz de fazer “uma exploração em profundidade da perspetiva dos atores sociais”, exploração esta que, segundo o autor, é “considerada indispensável para uma exata apreensão e compreensão das condutas sociais”. No mesmo sentido, Ruquoy (1995) afirmou que a entrevista qualitativa “é o instrumento mais adequado para delimitar os sistemas de representações, de valores, de normas veiculadas por um indivíduo” (p. 89).

---

<sup>8</sup> Ver anexo 1.

A entrevista qualitativa caracteriza-se pela assimetria das partes, quanto ao conhecimento sobre a matéria em estudo é o entrevistado que domina, quanto à investigação em si mesma e seus objetivos é o investigador (Kvale, 1996).

Fraser e Gondim (2004, p.139) referem que a “relação intersubjetiva, entrevistador e entrevistado, é de fundamental importância para permitir o acesso a significados atribuídos pelas pessoas aos eventos do mundo, cujo produto é fruto de mútuas influências no processo de interação na entrevista”.

A entrevista semiestruturada caracteriza-se por incluir uma série de temáticas ordenadas por um guião abordadas através de uma série de perguntas sugestivas, sendo que existe abertura para alterar quer a forma quer a ordem das questões em função da história que o entrevistador está a contar (Flick, 2005; Kvale, 1996).

Enquanto instrumento qualitativo por excelência, a entrevista procura aceder a uma situação a mais próxima do discurso natural e espontâneo possível, pelo que o investigador terá o papel de desconstruir os discursos formatados que por vezes o entrevistado apresenta (Poupart, 1997).

Poupart (1997) enunciou alguns princípios para o investigador conseguir obter do entrevistado a informação de que necessita, são eles: a obtenção da colaboração do entrevistado; o esforço por deixar o indivíduo a vontade com a entrevista; ganhar a confiança do indivíduo; fazer com que ele discorra e se envolva espontaneamente nos assuntos visados pela entrevista. No mesmo sentido Kvale (1996) alertava para a importância de ganhar a confiança dos entrevistados, de conseguir que estes se sintam seguros e confortáveis para então discorrerem sobre as suas experiências.

A subjetividade, a emotividade, a empatia na entrevista qualitativa não são evitadas, mas antes procuradas e encorajadas. O conhecimento resultante da entrevista, por assentar no diálogo entre dois indivíduos que partilham um mesmo interesse, é espelho dessa mesma interação, é reflexo dos dois pontos de vista, do entrevistador e do entrevistado (Kvale, 1996; Fraiser & Gondim, 2004) Contudo, o investigador qualitativo fica numa posição que “*involves*

*a delicate balance between cognitive knowlege seeking and the ethical aspects of emotionla human interaction”* (Kvale, 1996, p. 125).

Por isto, optámos por entrevistas realizadas pessoalmente. Apesar de o aspeto fundamental da entrevista qualitativa ser a captação do discurso do entrevistado, estando diante do entrevistado será possível o registo das respostas não-verbais, ou seja, de toda a linguagem corporal e facial do individuo será também alvo da atenção do entrevistador (Fraser & Gondim, 2004).

Fontana e Frey (2000) falam da entrevista como um “texto negociado”. Segundo os autores a entrevista é o produto de um processo de construção de conhecimento que recorre a contributos de ambas as partes.

## **1.6. Procedimentos**

No que respeita às dificuldades de acesso a determinados campos de estudo Spreen (cit. in Fernandes & Carvalho, 2000) explicou que devem considerar-se duas ordens de limitações, as provenientes do número de indivíduos de uma *população especial* presentes na população geral, as chamadas *populações raras*, e as provenientes da dificuldade de localização das mesmas, ou por revestirem um caracter perigoso ou por estarem relacionadas com atividades ilegais, as chamadas *populações ocultas*. As populações ocultas são por norma difíceis de aceder devido ao estigma social, ao estatuto legal a que estão presas e, portanto, à sua consequente falta de visibilidade (Watters & Biernacki, 1989).

Os indivíduos associados a determinados problemas sociais, como o consumo de drogas, adquirem maior visibilidade quando institucionalizados, seja em instituições de saúde ou estabelecimentos prisionais, sendo, portanto, mais fáceis de rastrear. Apesar de na literatura científica abundarem estudos feitos em populações institucionalizadas, em grande medida devido à facilidade de acesso às mesmas, a generalização dos resultados obtidos às populações não institucionalizadas é muito limitado. Além disto há determinadas atividades

que se passam essencialmente no exterior, portanto, é no exterior que devem ser estudadas (Watters & Biernacki, 1989). Atendendo aos atores visados pelo presente projeto, vendedores de droga e porque o tipo de tráfico que pretendemos estudar se passa nas ruas, no quotidiano dos indivíduos, estas definições adquirem especial pertinência.

Ultrapassada a dificuldade inicial de acesso à amostra em virtude de conseguirmos aceder ao terreno através de informantes privilegiados, importará definir a forma como a entrevista irá decorrer.

Será oportunamente marcado um dia para a realização de cada entrevista.

O local da realização das entrevistas será um café ou um espaço semelhante, como a praça de alimentação de um centro comercial, que confira um ambiente casual e descontraído sem comprometer o sossego e concentração necessários à realização da entrevista.

A entrevista será gravada com recurso a um dispositivo de gravação áudio para o efeito. Antes de iniciar a entrevista o entrevistado deve ser informado acerca dos propósitos da entrevista, deve ser pedida a sua autorização para gravar, bem como ser-lhe explicado o funcionamento do gravador. Os entrevistados deverão ser informados acerca da total confidencialidade da entrevista. “*The first minutes of na interview are decisive*”, se não for criado logo desde o primeiro momento empatia com o investigador, o entrevistado não vai sentir-se confortável para falar das suas experiências perante um estranho (Kvale, 1996).

A postura a adotar desde o início da entrevista deve passar sempre por demonstrar uma escuta atenta e interessada. (Kvale, 1996).

Deverão ser tidos em conta todas as manifestações comunicativas expressadas pelo entrevistado, desde expressões faciais, corporais, silêncios (Kvale, 2006).

Deverá ser adotada uma atitude analítica que permita aceder aos sentidos latentes do discurso dos indivíduos, estimulando o seu discurso (Ruquoy, 1995).

Além do registo áudio que decorrerá permanentemente, a menos que os entrevistados entendam suspender o mesmo, serão tomadas anotações de tudo quanto se afigurar pertinente quer para inquirição posterior, quer por configurar uma resposta velada.

### **1.7. Análise de dados**

A natureza da investigação qualitativa permite verificar que “cada investigador tende a desenvolver o seu próprio método em função do seu objeto de investigação, dos seus objetivos, dos seus pressupostos teóricos ou de outros fatores contingentes” (Maroy, 1995, p. 117). Comum a qualquer investigador qualitativo é o objetivo de através da análise dos dados provenientes dos seus instrumentos de investigação fundar, indutivamente, uma teoria (Maroy, 1995).

A análise de dados permite decompor os dados nos seus elementos constituintes revelando a sua estrutura e características (Dey, 1993)

Na presente investigação será, num primeiro momento, realizada a transcrição de todas as entrevistas a partir da sua gravação áudio.

A operação basilar da análise qualitativa de entrevistas consiste em formular *categorias*, classes analíticas, instrumentos conceituais dos objetos de estudo. Estas vão permitir descrever, classificar e relacionar a informação obtida com as entrevistas (Maroy, 1995; Dey, 1993; Flick, 2005). A formulação de categorias pode partir de inferências dos dados, de questões iniciais ou emergentes, de problemas teóricos ou mesmo da intuição e imaginação do investigador (Dey, 1993).

Adotando as tipologias de objetivos no tratamento de dados propostas por Strauss, afirmamos que seguiremos uma lógica de *descrição simples*, ou seja, partindo da teoria pré-existente elaboraremos uma grelha de análise classificadora da matéria recolhida. Contudo, não poderemos ignorar a importância da *descrição analítica*, segundo a qual a grelha



constituída por categorias interpretativas tem proveniência na informação empírica que se for obtendo (cit. in Maroy, 1995; Flick, 2005).

A unidade definida para a análise de conteúdo foi a unidade de sentido, ou seja, pequenos trechos do discurso ao qual se procurará fazer corresponder uma categoria (Flick, 2005).

Um importante instrumento de auxílio de que nos socorreremos na construção quer da grelha de análise quer no desenho do fio condutor da análise são as sínteses das entrevistas, breves notas com propostas explicativas do sentido atribuído a uma categoria (Maroy, 1995).

Importa reafirmar a possibilidade de efetuar ao longo da investigação alterações, nomeadamente à grelha de análise, em função dos dados recolhidos (Maroy, 1995).

Após a recolha da informação, definição de categorias, definição do fio condutor da investigação, importará codificar, para comparar, os dados.

Codificar consiste em atribuir a cada citação/excerto da entrevista uma (ou várias) categoria na grelha de análise. Pode ser feita manualmente através de anotações feitas à margem da redação da entrevista (Maroy, 1995). Ou através do recurso a *software* especializado tal como NVivo. Optaremos pelas anotações manuais.

As operações de categorização e de codificação implicam um elevado nível de abstração que vai ser o responsável por permitir a comparação dos dados (Dey, 1993)

A codificação vai permitir comparar vertical e horizontalmente o material recolhido. A comparação vertical reporta-se à aplicação a uma mesma unidade de análise de várias categorias, a horizontal, por sua vez, contende com a comparação entre as diferentes unidades de análise (Maroy, 1995).

Num momento final da análise mostrar-se-á necessário tecer algumas considerações acerca da validação do trabalho de investigação. A operação de validação deve ter como objetivo central assegurar a qualidade dos dados, “testar a *robustez* das interpretações”, o que pode ser conseguido evitando o *enviesamento* das interpretações elaboradas (Maroy, 1995, p.

154). Este *enviesamento* pode assumir uma de três formas: o *enviesamento totalizador*, o *enviesamento indígena* e o *enviesamento elitista*. O primeiro consiste em interpretar os dados de uma forma mais organizada do que eles são na realidade, o segundo consiste em o investigador começar a perder a sua visão de investigador e passar a ter uma visão própria do meio em que se inseriu e, por último, a terceira consiste em diferenciar a informação obtida consoante ela provenha de indivíduos com maior ou menos estatuto (Maroy, 1995). Para prosseguir estes objetivos e conferir à investigação validade o investigador deve ter em atenção certos pontos, nomeadamente, não passar muito tempo envolvido pelo objeto do seu estudo, utilizar métodos de investigação discretos, não deixar dúvidas quanto ao seu papel e suas intenções quanto aos informantes, triangular os dados obtidos (Maroy, 1995).

## **2. Resultados**

### **2.1. Apresentação dos resultados**

A descrição dos resultados obtidos com as entrevistas qualitativas realizadas a vendedores de droga seguirá a lógica interna do guião construído para as mesmas, portanto, faremos uma descrição por temas seguindo a seguinte ordem esquemática:

- I. Informação pessoal dos indivíduos
- II. Implementação espacial do mercado
- III. Funcionamento do mercado
- IV. Relações interpessoais dentro do mercado
  - A. Vendedor ↔ Autoridades policiais
  - B. Vendedor ↔ Fornecedor
  - C. Vendedor ↔ Consumidor
- V. Carreira na venda
- VI. Impacto da legislação no vendedor de drogas

I. Informação pessoal dos indivíduos

Os indivíduos entrevistados são todos do sexo masculino e tem idades compreendidas entre os vinte e quatro e os trinta anos. Quatro dos indivíduos são residentes na cidade do Porto e dois na periferia do Porto.

Quanto às habilitações literárias, um entrevistado possui o ensino básico, quatro o ensino secundário e um frequenta (finalista) o ensino superior. Quando questionados os indivíduos que frequentaram o ensino básico e o ensino secundário acerca das razões pelas quais não prosseguiram mais estudos foram apontados vários motivos. A maior parte dos indivíduos apontou como causa o desinteresse pessoal pelos estudos (n=4), (*“eu não dava muito para estudar.”*), três indivíduos afirmaram que a não continuidade dos estudos e a preferência pela entrada no mercado de trabalho se afigurou como uma hipótese de obter a autonomia financeira que desejavam (*“queria era trabalhar para ganhar o meu”*), dois indivíduos expuseram o insucesso escolar anterior como desincentivo à continuação (*“aquilo não me entrava bem na cabeça”*), um indivíduo, o que se ficou pelo ensino básico, apontou dificuldades económicas como entrave para prosseguir os estudos, um indivíduo apontou a preferência por passar o tempo dedicado aos estudos com os amigos.

Ao tentar indagar qual a perceção dos sujeitos relativamente às maiores ou menores oportunidades de emprego em virtude da não prossecução dos estudos apuramos que três indivíduos consideram que quem tem mais estudos terá melhores oportunidades de emprego (*“se tivesse estudado mais tinha mais hipóteses”*), um indivíduo oferece como resposta talvez (*“eu já não sei se sim se não, isto está mesmo mau para todos!”*) e dois indivíduos consideram que as oportunidades não variam na razão direta do nível de habilitações (*“andam doutores a trolhas, ia gastar a cabeça e dinheiro para quê?”*; *“nos dias de hoje estamos todos no mesmo barco”*).

A maioria dos indivíduos assume ter uma profissão (n=4), um considera-se trabalhador indiferenciado e outro é estudante do ensino superior.

Quanto à situação laboral presente, metade dos indivíduos (n=3) está desempregado, sendo que todos assumem estar ativamente à procura de emprego, dois indivíduos estão

empregados, sendo que um deles ressalva ter trabalhado sempre a título precário (*“estou a recibos”*), e um é, como referido anteriormente, estudante universitário. Dois dos sujeitos desempregados assumem ter ocupações que lhes oferecem uma remuneração e que apesar de não serem ilegais são socialmente *“menos bem vistas”* (*“faço uns trabalhinhos, uma segurança ai numas discos e assim.”*; *“faço dinheiro com apostas na net.”*). O sujeito estudante universitário quando questionado acerca da perceção do seu futuro profissional respondeu *“consigo emprego na área se quiser, mas para já não quero, estou bem assim.”*

Os entrevistados associaram na sua maioria os tempos livres e de lazer às saídas à noite (n=5) com amigos (n=4), (*“quase todos os dias dou uma volta à noite com o pessoal”*). A prática de desporto (n=4) e a utilização de meios audiovisuais de entretenimento, como televisão, jogos e cinema, (n=3), são também apontados como atividades de lazer. Apenas um indivíduo aponta passar o tempo com a família como atividade predileta (*“Eu sempre que posso estou com o meu filho.”*).

No que respeita à situação familiar de origem, ou seja, família onde nasceram e foram criados, a maioria dos indivíduos (n=4) provêm de famílias tradicionais (pai e mãe e irmãos). Sendo que dois indivíduos provêm de famílias monoparentais, num dos casos por abandono do pai (*“Esse homem não faz parte, nunca fez (...) ele que viva e dele que eu vivo a minha”*) noutro por falecimento do pai (*“Era tudo normal até o meu pai falecer (...) eu tinha dez anos (...) fiquei sozinho com a minha mãe”*). Metade dos sujeitos tem irmãos, a outra metade não.

A situação familiar atual dos entrevistados apresenta alterações relativamente à de origem, um terço dos indivíduos (n=2) vive sozinho, outro terço vive com ambos os pais (família tradicional) e o último terço vive com um dos pais (família monoparental). Do total (n=4) dos sujeitos que ainda vivem com os pais (um ou ambos), três afirmam fazê-lo por falta de autonomia financeira e um por opção (*“Já sei que não tenho idade para viver com os meus pais, mas já não falta muito para sair.”*; *“Vivo com os meus pais, é muito mais tranquilo, não tenho de me preocupar com nada, tenho mimo”*).

## II. Implementação espacial do mercado

De forma a descrever e analisar as percepções dos vendedores relativamente à implementação do mercado num local determinamos certas categorias, desde logo procuramos perceber as motivações que subjazem à escolha do local sob estudo como local de tráfico. Foram pelos inquiridos apontadas diversas razões, sendo que as apontadas em maior número foram o facto de ser um local de muito movimento (n=4) o que propicia mais clientes (*“É lá que o pessoal para.”*), ser um local onde se conjugam os elementos da tríade, noite, álcool e drogas (n=4), (*“quem vem para a noite com os amigos para a borgia já se sabe que vai beber uns copos e fumar uns charros.”*) e ser o local de encontro com os amigos (n=3). Um dos entrevistados refere quanto ao movimento de clientes: *“é lá que está a estudantada”*. São apontados ainda motivos como a facilidade de fuga do local por ser muito movimentado (n=1), ser um local da moda (n=1), ser próximo de casa (n=1), proporcionar espaços sossegados o suficiente para realizar a venda (n=1), permite usufruir da diversão noturna do local (n=1).

Todos os indivíduos (n=6) se disseram satisfeitos com o local enquanto local escolhido para vender. Já quanto à exposição do local as respostas divergiram, quatro indivíduos consideram que o local por eles escolhido é um espaço exposto e que isso é favorável aos seus negócios, dois indivíduos, por sua vez, apesar de também considerarem o local exposto veem essa característica como negativa para o mercado de drogas. Os mesmos dois sujeitos alertam para o mesmo facto, apesar da exposição trata-se de um local que inclui nas suas áreas circundantes recantos sossegados e discretos onde é possível fazer a venda mais cautelosamente. Um dos indivíduos considera ainda que a discrição do local se prende com a ausência de um policiamento frequente. Foi referido por um dos vendedores entrevistados que apesar de o mercado de drogas se desenrolar no local designado na amostra, existem pontos periféricos a esse local onde o tráfico e o consumo se fazem com tanta ou mais intensidade (*“não é só aí, até é mais no que está à volta, até é mais no [...]e na [...] quem sai à noite ali sabe bem”*).

Procurámos perceber qual a influência dos bares noturnos envolventes no negócio da droga e o inverso, qual a influência do mercado de drogas no negócio dos bares. Quanto ao primeiro ponto apurámos que a maioria (n=4) dos indivíduos considera que existe uma

relação entre o negócio dos bares e o mercado de drogas e que os primeiros influenciam positivamente o segundo (*“ó pá tiram o pessoal de casa e depois quem vem para a noite, vem para beber e curtir umas coisas, só diversão mesmo”*; *“Os bares propiciam o álcool, e o álcool propicia a festa e muitas vezes eu proporciono essa festa”*). Dois sujeitos consideram não existir qualquer relação. No que toca aos negócios da droga influenciar o negócio dos bares, quatro dos vendedores consideram que não existe qualquer influência (*“Acho que não (...) não prejudica ninguém dos bares”*) e dois consideram que existe e que é favorável aos bares noturnos (*“é positivo, a erva ajuda à boa disposição (...) prefere ter pessoas bem dispostas ou mal dispostas no teu bar?”*; *“uma coisa puxa a outra”*). Quando questionados acerca da existência ou não de uma relação pessoal com os proprietários dos bares noturnos e a existir qual a natureza dessa relação, três dos entrevistados disseram não ter qualquer tipo de relação (*“Relação? Nenhuma. Dou-lhes dinheiro quando bebo lá um copo.”*), porém um explicou: *“Não tenho, nem convém ter. Eles podem não achar piada a eu ir a casa deles vender cenas (...) só vendo lá dentro em último caso mesmo”*). Dois admitem conhecer os proprietários apenas *“de vista”* e um menciona existir uma relação de concorrência (*“Pode ser de concorrência. Os clientes assíduos não compram droga nos bares porque é mais caro, só os consumidores ocasionais é que compram, porque os outros que precisam mesmo preparam-se com antecedência.”*), o mesmo sujeito acrescenta: *“sei que alguns empregados vendem (...) outros tipos que não são nada ao bar mas são conhecidos por vender e são chamados pelos próprios donos para vender lá dentro”*.

### III. Funcionamento do mercado

As drogas vendidas pelos vendedores inquiridos são a *“erva”* (n=6), a cocaína (n=6) e a *“ganza”* (n=2). Um dos indivíduos mencionou vender pólen e *crack* mas só *“por encomenda especial”*. Os preços da *“ganza”* variam entre os 1,20 Euros e os 5,00 Euros o grama, da *“erva”* entre os 8,00 Euros e os 15,00 Euros o grama e da cocaína entre 40,00 Euros e 50,00 Euros o grama.

Quanto à idade média dos consumidores a quem vendiam, todos os vendedores referiram que a idade variava em função do tipo de droga e das *“posses”* dos consumidores. Assim,

cinco dos seis indivíduos entrevistados dizem que a “erva” é uma droga de pessoas mais jovens, na casa dos “vintes”, três indicam a cocaína como a droga mais vendida a indivíduos dos vinte aos trinta e cinco anos e a “ganza” é também associada por dois dos indivíduos a um público maioritariamente mais jovem (dos dezassete aos vinte cinco). Já quanto ao estatuto social, três vendedores vendem cocaína a indivíduos de classe média e alta, quatro vendem “erva” a sujeitos da classe média e dois a sujeitos de classe alta e dois vendem “ganza” a indivíduos de classe média e baixa, portanto, a classe média é a classe mais representada nos clientes destes vendedores.

O nível de vendas realizadas é considerado moderado por cinco dos seis inquiridos e um indivíduo diz ter níveis de venda baixos. Dois dos inquiridos apontam a crise como fator de variação do nível de venda (*“isto da crise atinge tudo mesmo.”*).

Quanto à época ou momento em que vendem mais, metade dos indivíduos diz vender essencialmente aos fins-de-semana e em festas académicas (*“ao fim de semana vendo um bom bocado (...) e quando há festas das faculdades também.”*), um em época de férias (*“se forem cinco ou seis gajos de férias durante uma ou duas semanas têm de levar mais e em dinheiro dá pouco a cada um”*) e um admite vender sempre sem época ou momento específico (*“Não me posso queixar, vendo bem, também pratico preços de estudante.”*).

#### IV. Relações interpessoais dentro do mercado

Neste tópico abordamos a dinâmica das relações estabelecidas entre os vendedores de droga e as instâncias formais de controlo, mais propriamente, as autoridades policiais, os fornecedores e os consumidores/clientes.

##### A. Vendedor ↔ Autoridades policiais

Metade dos sujeitos (n=3) afirmou sentir correr o risco de ser detetado pelas autoridades policiais. Os três indivíduos que afirmaram sentirem estar em perigo expressaram

de forma semelhante o medo de serem apanhados pelas autoridades a traficar (*“claro que corro o risco de ir preso por traficar.”*; *“As investigações policiais são o principal perigo.”*; *“o pior [risco] de todos é ser apanhado em flagrante com muito produto na minha posse.”*; *“tenho que andar com os olhos a mexer para todos os lados como o camaleão”*). Por sua vez os inquiridos que dizem não sentir qualquer risco (n=3) apontam cada um deles, um diferente motivo para a ausência de tal sentimento, um argumenta: *“não roubo ninguém, (...) não estou a fazer mal a ninguém, ninguém me vem fazer mal a mim”*, outro explica: *“só vendo a conhecidos mesmo por isso não há perigo”* e o terceiro vendedor argumenta: *“é impossível a Polícia não sentir o cheiro [da droga] quando passa na rua e mesmo assim nunca os vi fazer nada, por isso, honestamente, não tenho medo.”*

Não obstante apenas metade dos sujeitos admitir sentir medo da polícia e sentir a presença do risco, todos (n=6) assumem garantir a sua própria segurança. Os vendedores desenvolvem estratégias para garantir que estão e que vendem em segurança, as mais apontadas foram, ser discretos (n=4), (*“ando vestido e atuo de uma maneira discreta, de uma maneira simples, bem vestido demais dá nas vistas e vagabundo demais também dá e escolho um sítio discreto também”*), evitar locais com policiamento (n=3), (*“Temos de ligar o radar e ficar longe da Polícia”*; *“tento ir para locais onde sei que a polícia não vai ou não quer procurar.”*), evitar locais expostos (n=2), (*“O principal é não vender em sítios com muita gente ali assim em cima de nós, temos de escolher sempre um sítio que de para fazer a coisa discretamente.”*), evitar andar com muita droga na sua posse (n=2), (*“ando só com o que é preciso”*). Mencionaram, ainda, estar sempre atento a tudo o que os rodeia (n=1), (*“Eu estou sempre a controlar”*), só vender a conhecidos (n=1), mudar com frequência de número de telemóvel (n=1).

Todos os elementos entrevistados reconhecem as forças policiais como a grande ameaça à sua atividade, todavia expressam esta influência de formas diferentes. Uns (n=2) evitam admitir o medo e expressam-no com distanciamento: *“não me afetam muito, quer dizer, mas estou atento a eles.”*, *“Eles estão bem é longe.”*; outro (n=1) com indiferença: *“Eles ficam na deles e eu não minha”*. Metade dos indivíduos (n=3) expressa-o diretamente, reconhecendo o medo: *“eu tenho medo, os paisanas são um perigo”*, *“só eles é que me podem prejudicar”*, *“sinto-me ameaçado”*. Apesar do receio demonstrado por todos os indivíduos,



apenas um reconhece ter tido uma paragem na sua carreira de vendedor por força do medo de ser apanhado (*“há alturas em que se ouvem certas cenas e fica-se com medo (...) tipos que são caços (...) e parei, mas depois voltei porque tinha de ser.”*), os outros sujeitos nunca tiveram interrupções nas suas carreiras apesar de reconhecerem a presença do risco (*“Eles não são compreensivos, a gente tem de fazer isto para viver (...) eu não deixo de fazer só que tenho de andar atento”*).

Na sequência apenas um indivíduo admite ter tido problemas no passado coma Polícia (*“quando um gajo é novo mete-se em pancada e assim, mas só por isso.”*).

Nenhum dos vendedores mencionou sentir-se ameaçado por qualquer outra ordem de fatores, nomeadamente represálias, violência, apenas pelas autoridades policiais.

#### B. Vendedor ↔ Fornecedor

O fornecimento de drogas aos vendedores inquiridos, que vendem diretamente aos consumidores, é feito por único indivíduo no caso de três dos vendedores questionados, por mais do que um no caso de dois dos sujeitos (*“ai eu vou onde for mais barato!”*) e um dos vendedores inquiridos recusou responder à questão. Quanto ao vínculo que existe com o (s) fornecedor (es), três dos sujeitos afirmam que são do seu círculo de amigos (*“é pessoal amigo mesmo”*), dois que são conhecidos (*“É só negócio, nada de grandes paleios”*) e o mesmo indivíduo supra mencionado recusa responder (*“Não vou dizer, é a única coisa de que não vou falar (...) o segredo é a alma do negócio”*).

À exceção do indivíduo que se recusou a responder a toda e qualquer questão referente ao fornecimento da droga, os restantes vendedores foram unânimes (n=5) em dizer que não sabem de nada relativamente ao caminho que as drogas percorrem até chegarem à sua posse, todo esse caminho está envolto em secretismo e discrição (*“não se perguntam essas coisas.”*), apenas referem que as deslocações e transações são feitas por conhecidos (*“Só sei que são connects.”*). Três dos sujeitos acrescentam que não sabem nem querem saber desse tipo de informação por questões de segurança (*“não me interessa nada disso, ele arranja o que eu quero e chega (...) quanto menos eu souber dele e ele de mim melhor, se houver estrilho com*

*ele ninguém chega a mim e vice-versa.”), um indivíduo justifica a sua falta de conhecimento como resultado de um esforço dos fornecedores de preservarem os seus contactos superiores para se protegerem da concorrência (“se eu soubesse o que eles sabem podia já não precisar deles e isso não é o que eles querem.”).*

A comunicação com o (s) fornecedor (es) pode ser estabelecida com dois propósitos, o de encomendar os produtos e o de acertar o momento da entrega dos mesmos. No primeiro caso quatro dos indivíduos afirmam estabelecer esse contacto por SMS:

*A gente combina por SMS, não nos podemos esticar ao telefone (...) falar destas coisas é perigoso, não sabes quem te está a ouvir e há sempre quem te queria mal, além da bôfia (...) depois também tenho SMS de borla para quase toda a gente e assim é fácil e barato”*

O único sujeito que faz as encomendas pessoalmente apresenta como razão o contacto diário com o fornecedor (“*Ele vem tomar café todos os dias com o pessoal (...) se estivermos os dois sozinhos antes do resto do pessoal chegar fala-se.*”).

O segundo propósito do contacto com o fornecedor é a entrega das drogas encomendadas. Para este efeito todos (n=5) os vendedores, que responderam à questão, estabelecem contacto pessoal e direto com o fornecedor. Quanto ao local escolhido para a transação a maioria (n=4) aponta um café como local predileto (“*marcamos num café e falamos do business.*”), embora um sujeito afirme que procuram sempre locais distintos, sem um padrão (“*não convém muito marcar sempre no mesmo sítio, para não ganhar hábitos nem ficar marcado (...) pelo pessoal que possa estar de olho.*”). As motivações para a escolha do café como ponto de entrega são várias, ser o local de encontro com os amigos (n=3), (“*estou ali e estou, mato dois coelhos.*”), providenciar a exposição e discrição na medida certa (n=3) (“*consegue estar-se sossegado a ter uma conversa e tal e ao mesmo tempo como entra e sai sempre gente não dá para fixar caras e assim.*”) e ser próximo de casa (n=2).

Acerca da frequência com que os vendedores se encontram com o (s) fornecedor (es) varia de mensalmente (n=2), semanalmente (n=1), várias vezes por semana (n=1) a diariamente (n=1). De salientar que um dos vendedores recusou determinantemente responder

a qualquer questão relacionada com o fornecimento de droga. A frequência dos contatos é explicada pela necessidade de adquirir mais droga, sendo que todos mencionaram não se tratarem de períodos temporais estanques (*“vai depender do que se vender, mas é o costume.”*). O indivíduo que tem contato diário com o (s) seu (s) fornecedor (es) justifica a sua opção com a lógica de mercado e com razões de segurança (*“Para começar eu não gosto de andar com muito produto comigo, nem gosto de ter dinheiro empatado, e se ontem estavam a vender a dez e hoje a oito eu aproveito a promoção.”*)

### C. Vendedor ↔ Consumidor

Todos (n=6) os vendedores inquiridos situam os seus clientes habituais na faixa etária dos vinte aos trinta anos. Contudo, a maioria (n=4) admitiu ter também clientes menores. Um dos sujeitos explica: *“a idade depende da droga. A ganza e a erva vendo a pessoal mais novo, a coca é a todas as idades mas é mais ao pessoal mais velho, mais experiente”*.

Quanto ao estatuto social dos seus clientes os vendedores foram unânimes (n=6) em afirmar que o grosso do seu negócio é dirigido a indivíduos de classe média, sobretudo estudantes e trabalhadores, contudo, dois dos indivíduos afirmam vender a clientes de classe alta e justificam: *“Hoje para se ter guto para estas coisas é preciso ter assim um nivelzito se não, não há.”* Um dos vendedores afirma que desconhece o estatuto social de uma fação dos seus clientes (*“o pessoal do ginásio não faço a mínima ideia, nunca lhes contei o dinheiro.”*).

A comunicação com os clientes/consumidores é feita exclusivamente com o recurso a SMS (n=6), (*“é sempre por mensagem (...) é fácil, barato ou de graça e seguro”*; *“é sempre por SMS, mas sem uma conversa muito específica, normalmente perguntam “onde andas?” e eu já sei o que é”*). Ainda quanto à importância das SMS, um sujeito dizia: *“são rápidas, baratas e não deixam rasto (...) ao telefone podemos ter uma escuta ou gente À escuta”*). As SMS são utilizadas quando os clientes procuram um contacto prévio com os vendedores, o que acontece com todos os indivíduos na generalidade das situações. Todavia, dois dos indivíduos explicam que a abordagem também pode ser feita pessoalmente:

*É frente a frente ou por mensagens (...) claro que não vou para as Galerias sem nada (...) às vezes há pessoal que eu não conheço e que pergunta a amigos meus se eu arranjo e é na boa, desde que paguem.*

A abordagem neste caso é pessoal mas não direta, faz-se através da mediação dos amigos. Quanto a este ponto três dos indivíduos admitem vender a desconhecidos, ou como dizem a “*conhecidos dos amigos*”, os restantes vendem apenas a amigos e conhecidos.

A concretização da venda é feita de forma direta entre os vendedores e os clientes pela totalidade dos inquiridos (n=6), (“*sou sempre eu que entrego o produto e que recebo o dinheiro, não ponho ninguém a fazer isso por mim*”; “*é toma lá o produto e dá cá o guito*.”). Contudo, um explica que por vezes utiliza “*peões*” para esse efeito: “*são miúdos amigos ou conhecidos que fazem o jeito quando um gajo está apertado e a gente deixa-os ganhar um euro ou dois por entregarem, ou uma dosezita*”.

Quanto ao local para efetuar a transação, um sujeito diz apenas a realizar em locais resguardados e outro apenas na rua, a maioria (n=4) diz faze-lo tanto em locais mais recolhidos como na rua (“*por exemplo, se o pessoal está em frente ao Piolho vai-se ali ao jardim da Cordoaria que não se passa nada, à casa de banho, não tem nada que saber. Ou então é na rua rápido*.”).

## V. Carreira na venda

Metade dos vendedores apresenta carreiras no tráfico relativamente longas, de mais de três anos, e restante metade possui carreiras mais curtas, abaixo de três anos de duração.

As motivações apontadas para o início de uma carreira no tráfico foram três, as dificuldades económicas (n=3), (“*via o dinheiro que eles [amigos] faziam e vi que também podia fazer e eu precisava para ajudar a minha mãe*”), a vontade de ter dinheiro para extravagâncias pessoais (n=3), (“*é o dinheiro dos extras que quero ter*.”) e a vontade de ter autonomia económica (n=1), (“*precisava de dinheiro para mim, queria sair de casa dos meus pais, com o que eu ganhava não dava então... Comecei a ver o que dava e foi dando*.”).

Contudo a todas subjaz uma mesma perspetiva, a do tráfico como uma fonte de rendimentos (“[quis começar] *para fazer dinheiro, mais dinheiro*”).

Quanto à forma como se inseriram no meio do mercado de drogas apuramos que cinco dos vendedores dizem ter-se iniciado na venda de drogas por livre vontade e livre iniciativa e apenas um diz ter-se iniciado sob a influência de amigos, contudo, os mesmos cinco afirmam que ainda que de livre iniciativa recorreram aos amigos e conhecidos para serem apresentados a este meio (“*Foi através de amigos que vendiam e sabiam onde arranjar e levaram-me. Eu pedi para ir.*”).

Desde que se iniciaram na venda de drogas apenas um sujeito admite ter tido interrupções na carreira: “*há alturas em que se ouvem certas cenas e fica-se com medo (...) tipos que são caços, mas depois sente-se a falta e esquece-se o resto e pronto.*”

Apenas um vendedor negou consumir, aliás, quanto a este aspeto afirmou: “*eu nunca quis consumir, mas via o dinheiro que se fazia e eu precisava.*”. Os restantes cinco vendedores assumem consumir mas não se assumem como consumidores regulares, rejeitam o rótulo de *drogados* (“*Não consumo, mas já consumi. Mas nunca fui drogado. Era assim de vez em quando só. E, pronto, dar uma passa de longe a longe dou, mas não pago para fumar.*”).

Os entrevistados minimizaram a relevância do seu próprio consumo afirmando que só consumiam “*erva*” e “*ganza*” (“*isto não faz mal*”), tendo sido dado especial ênfase ao advérbio “*só*” por todos. Um dos vendedores refere, ainda: “*consumo e até ajuda a vender, é publicidade.*”. Quatro dos sujeitos diz ter começado a consumir na escola com amigos e um diz ter começado na faculdade também com amigos. Quanto ao impulso inicial para consumir todos afirmaram que a influência dos amigos, quer por também serem consumidores quer por incitarem a que experimentassem, foi determinante (“*o pessoal tirava todo uma passa, parecia mal se eu não tirasse e eu também queria provar*”). Três dos sujeitos disseram que começaram também por curiosidade acerca do efeito que as drogas provocavam (“*eu queria saber se ia ficar pedrado ou alegre, como ia ser*”).

## *Estudo sobre um mercado recreativo de drogas no Porto*

O dinheiro feito com a venda de droga constitui no caso dos participantes um rendimento pelo seu carácter tendencialmente fixo e previsível e assume pesos distintos para cada um deles. Para dois indivíduos é o principal rendimento pessoal (*“é muito importante, tem de dar para viver minimamente, eu estou sem trabalho.”*). Para outros dois é o rendimento destinado a extravagâncias e pequenos luxos (*“é dinheiro fácil, é o dinheiro dos meus extras, tipo roupas, jogos, saídas”*) e é pelos últimos dois sujeitos considerado um complemento ao seu rendimento pessoal (*“Ajudam-me a passar o mês com menos dificuldades (...) há meses em que dá para pagar a renda”*).

No que toca ao sentimento gerado pela prática desta atividade nos próprios vendedores optámos por destringer entre os indivíduos que têm sentimentos negativos em relação à sua própria atividade e os que tem sentimentos não negativos, uma vez que constatamos que nenhum tem sentimentos verdadeiramente positivos em relação à atividade de venda de drogas. Assim, apuramos que um indivíduo assume ter sentimentos negativos em relação à sua atividade (*“no início foi difícil, estou a vender uma coisa que faz mal às pessoas, mas agora habituei-me e tem de ser.”*). Os restantes indivíduos (n=5) não reconhecem um carácter negativo nesta atividade e exprimem-no de diferentes formas, um relativiza a negatividade da venda de drogas comparando-o a um emprego lícito (*“sinto-me como se estivesse a trabalhar, encaro como um emprego.”*), outros (n=2) apresentam justificações para enveredarem por esta atividade (*“neste país não há trabalho para viver honestamente (...) eu não roubo, não minto, não faço mal a ninguém”*), outro, ainda, assume vender mas não assume o título de vendedores porque apenas vendem drogas consideradas leves (*“eu não vendo droga, não sou trafuca, ganho uns dinheiros a vender erva.”*).

Apesar de a maioria dos inquiridos não assumir diretamente ter sentimentos negativos relativamente à venda de drogas todos os deixam transparecer quando unanimemente afirmam que escondem das respetivas famílias e até de alguns amigos esta atividade (*“Está fora de questão saberem, era um desgosto.”*; *“quero uma vida melhor do que isto para ele [filho], protejo-o sempre.”*).

Quanto à perceção da opinião que terceiros têm em relação aos participantes enquanto vendedores os depoimentos foram unânimes, ninguém se sente alvo de opiniões ou juízos negativos. Dois indivíduos consideram que os outros os veem como sujeitos que sabem fazer

dinheiro (*“veem-me como um jovem de negócios.”*), um diz que já não existe qualquer preconceito atualmente (*“Esse preconceito (...) já não existe nos tempos de hoje, veem-me como a outra pessoa qualquer.”*), outro diz ter a percepção de que os outros o veem como *“o tipo porreiro que arranja erva”*, por último, um vendedor diz que os indivíduos que conhecem esta sua atividade são amigos logo não se sente julgado.

#### VI. Impacto da Legislação no vendedor de drogas

Os vendedores (n=6) desconhecem as previsões e consequências legais da lei do consumo. Um dos sujeitos admite desconhecer a lei, dois dos vendedores dizem apenas saber que se pode consumir (*“Pode-se consumir é o que sei, o que não se pode é vender, tem muita lógica, para consumir vou arranjar onde? As lei contornam-se.”*), três vendedores afirmam ter conhecimento de que é permitido consumir apenas drogas leves (*“Pode consumir-se as leves, mas as outras, as pesadas, não pode.”*).

A legislação relativa ao consumo não constitui uma preocupação muito marcada nos vendedores.

Nenhum dos indivíduos conhece as corretas previsões legais da legislação sobre o tráfico, contudo, todos (n=6) conhecem a consequência legal que mais temem, a pena de prisão (*“Sei que posso ir para a Custódias.”*).

A maioria (n=5) sente-se influenciada pela lei, mais exatamente pelo medo da possibilidade de serem presos (*“tem-se sempre medo de ir preso”; “influencia-me porque tenho medo e isso faz-me fazer tudo sempre sóbrio e muito atento a tudo”*), sendo que apenas um sujeito afirma não sentir qualquer pressão da legislação (*“Passa-me ao lado. A lei contorna-se.”*). Apesar de se sentirem intimidados pela possível consequência legal (pena de prisão) para a venda de drogas, esta intimidação não é suficiente para cessar a atividade, pelo que explicam que tomam cuidados mas continuam com a atividade, ou seja assumem parte do risco (*“Sei que corro riscos, mas quando atingimos um certo nível de rendimentos custa voltar atrás e arrisca-se.”*).

## **2.2. Discussão dos resultados**

No presente capítulo importará resumir as conclusões centrais deste estudo e opô-las à literatura científica gerando assim contributos para o conhecimento existente em matéria do funcionamento dos mercados de droga retalhista em espaços urbanos. Será também feita uma reflexão acerca das limitações deste mesmo estudo e propostas pistas para futuros projetos sobre o tema.

Partimos para esta investigação com vários os objetivos, desde logo, o de perceber como o mercado de drogas se implementa espacialmente, mais concretamente, se os espaços utilizados pelos cidadãos nas suas atividades de rotina são determinantes na formação de um mercado de drogas retalhista de rua, se os negócios envolventes, o tipo de droga, a busca de segurança e de clientes, exercem influência sobre a escolha do local para o mercado. Partimos, ainda, com o propósito de conhecer a natureza e as dinâmicas das relações entre os atores deste mundo, vendedores, consumidores/clientes e órgãos formais de controlo e perceber o impacto do tráfico na vida dos vendedores, bem como, o impacto da legislação sobre o consumo e sobre o tráfico nos mesmos.

Os resultados apurados vão em grande medida de encontro aos já encontrados pela comunidade científica, porém, complementam-nos.

Os vendedores retalhistas de rua que encontramos são jovens adultos do sexo masculino, com vidas profissionais precárias ou inativas e sem autonomia económica. Outros estudos sustentam esta imagem do vendedor de drogas retalhista (Tunnell, 1993; Fernandes, 1998; Cunha, 2001; Steinman, 2003; Coomber & Turnbull, 2007).

Não obstante a associação das carreiras no tráfico à desagregação familiar, constatou-se que a maioria dos vendedores provinha de famílias com uma construção tradicional (pai, mãe, irmãos), (Cunha, 2001).

A crise foi frequentemente apontada como responsável pela ausência de trabalhos lícitos e pela precaridade dos poucos existentes, servindo como uma justificação para a prossecução de



uma carreira na venda de drogas. Semelhante alusão havia já sido feita relativamente à ausência de oportunidades e sua relação direta com a imersão no tráfico pelos jovens (Little e Steinberg, 2006).

A droga está presente nos ambientes de diversão noturna frequentados essencialmente por jovens (Castro & Agra, 2007; Schensul et al., 2008). O grande movimento de potenciais clientes que a noite alimenta, a presença de álcool e a reunião com amigos são os principais motivos que presidem à escolha de locais de diversão noturna para vender drogas. A necessidade de um local que dê algumas garantias de segurança é também valorizada (Eck, 2004).

Apesar da recorrente associação do vendedor retalhista a um espaço físico específico e circunscrito, pudemos perceber que se tratará mais de uma área, uma zona de ação e não tanto um “poiso”, contrariamente ao que a literatura indica (Fernandes, 1997; Taniguchi, Ratcliffe & Taylor, 2001).

A venda de drogas ilícitas tem lugar num espaço aberto, contudo, um dos pontos fulcrais em que este tipo de mercado assenta é a discrição por parte de todos os intervenientes. Os vendedores têm uma atitude de desprezo e distanciamento para com as autoridades policiais, rejeitando mesmo sentir medo delas, no entanto, tomam medidas para assegurar a sua própria segurança e do seu negócio. Há um esforço para que todas as operações, fornecimento, venda, comunicação, se desenvolvam de forma discreta. Havendo mesmo por vezes a procura de espaços fechados para realizar certas operações. A mesma lógica já foi encontrada por diferentes autores (Fernandes, 1997; Gillian 2006). Não obstante a ausência encontros entre a Polícia e os vendedores deste mercado de drogas, estes sujeitos adotam permanentemente uma postura de alerta. A discrição dos atores deste mercado juntamente com o facto de este assentar em redes privadas podem justificar a ausência de problemas com as autoridades (Fernandes, 1998; Johnson, 2008)

Constatamos que a exposição física a que os vendedores estão sujeitos no local escolhido para vender é benéfico para o negócio do mercado de drogas, não só proporciona clientes, como permite controlar visualmente um perímetro de segurança e, ainda, proporciona várias rotas de fuga. O vendedor conhece o local onde se move e sente-se no controlo da situação

que o envolve. Conhece de tal forma que sabe onde encontrar recantos mais discretos dentro dessa sua área de ação para efetuar alguma transação, sabe igualmente onde se encontram os outros vendedores, quais os *hot spots* de venda e consumo dentro da sua área. Estas conclusões são corroboradas pela comunidade científica que apurou a importância para o vendedor do conhecimento da área em que se move (Fernandes, 1997).

A existência de negócios dedicados à diversão noturna é um elemento positivo para a implementação de um mercado de drogas. Estes espaços de diversão noturna são negócios lícitos, todavia a literatura científica refere-se-lhes como negócios indesejados pela sua ineludível ligação às drogas e mesmo à violência. Mas a influência positiva não é só dos bares de diversão noturna para o mercado de drogas, mas também no sentido inverso, aliás, os proprietários destes estabelecimentos parecem procurar satisfazer as necessidades dos seus clientes no que respeita a diversão, bebidas e também a drogas, o que não é bem acolhido entre os vendedores (Dorn et al., 1992; Ford & Beveridge, 2004; McCord & Ratcliffe, 2007; Marlière, 2007; Selmini, 2007).

As drogas que dominam este mercado recreativo são as estimulantes<sup>9</sup>. Os frequentadores destas zonas de diversão noturna e consumidores deste mercado procuram a desinibição, a euforia, em suma, a diversão. A conjugação de jovens, noite, álcool, droga e diversão não é nova na literatura (Recasens et al., 2007).

Face ao exposto até então, podemos concluir pela verificação da primeira hipótese de trabalho do presente projeto de investigação: o mercado de drogas retalhista de rua obedece a padrões de escolha do local que tem que ver com o tipo de droga vendida, a necessidade de clientes, a necessidade de segurança, os negócios existentes nas áreas envolventes ao local do mercado.

---

<sup>9</sup> As drogas são classificadas em traços gerais em estimulantes, depressoras e alucinogénias, de acordo com os efeitos físicos e psíquicos que provocam. As drogas estimulantes colocam quem as consome num estado de euforia, eliminam a sensação de cansaço e fadiga, dentro desta classe as substâncias mais conhecidas são a cocaína e as anfetaminas (speed). As drogas depressoras atuam como tranquilizantes, como sedativas, aliviando ou eliminando a dor, entre as mais conhecidas encontramos a heroína. Por último, as drogas alucinogénias, como o LSD e os canabinoides, levam quem as consome para um mundo irreal, marcado por experiências sensoriais alteradas, chegando mesmo a provocar alucinações. Relativamente à cannabis importa referir que esta tem uma natureza híbrida pois provoca não só uma alteração das sensações que colocam o consumidor num estado alucinatório (alucinogénias), como também desencadeia um estado de desinibição e euforia (estimulantes), (Martins, 1984).

O público-alvo deste mercado recreativo pertence, no geral, à classe média, constituída por trabalhadores, mas essencialmente estudantes. Característica já conhecida (Johnson, 2003; Recasens et al., 2007).

O mercado de drogas recreativas funciona de maneira informal, contudo, apresenta algumas características da lógica organizacional da economia de mercado, desde logo, o jogo da oferta e da procura, a formação de preços e função destas, a disponibilização de produtos variados, o fornecimento e entrega dos produtos feita mediante encomendas, com uma periodicidade fixa, a preocupação com a segurança no abastecimento, entre outras. Duprez e Kokoreff (2000) haviam já encontrado estes paralelos nas suas investigações. Estes vendedores de droga, não obstante rejeitarem o rótulo de traficantes agem com um certo profissionalismo que os faz assemelharem-se a homens de negócios (lícitos).

Um dos achados centrais deste estudo é o funcionamento do mercado de drogas em torno da rede social de cada vendedor. A rede social do indivíduo, personificada nos amigos e conhecidos, é essencial em todos os aspetos do mercado e da venda de drogas. Desde a iniciação na venda, a iniciação no consumo, o fornecimento de drogas, a angariação de clientes, a garantia de segurança e a construção da imagem do vendedor. O indivíduo inicia-se no consumo no seu grupo de pares, recorre-lhe quando decide começar a vender ou é por ele incentivado a tal, assegura o seu fornecimento de drogas através de amizades e/ou conhecimentos e é aos amigos e conhecidos que vende. Vender a amigos e conhecidos, que pelos laços emocionais e pela necessidade mútua de encobrimento, é uma das estratégias para garantir a segurança do negócio. A desintegração social não é, por conseguinte, um motivo que empurra os jovens para o tráfico, pelo contrário, é no grupo ou com o grupo no qual está perfeitamente integrado que esse ingresso se dá. O desenvolvimento deste tipo de tráfico em redes privadas, domésticas, pessoais do indivíduo foi já documentado anteriormente (Chaves, 1999; Coomber & Turnbull, 2007; Cunha, 2001; Dorn et al., 1992; Dunlap e Johnson, 1996; Ech, 1994; Fernandes, 1998; Jacinto et al., 2008; Little & Steinberg, 2006; Murphy, Waldorf & Reinerman, 1990; Recasens et al., 2007; Steinman, 2003;). Podemos considerar, por conseguinte, verificada a nossa segunda hipótese de trabalho: o mercado de drogas de rua estrutura-se com base em relações de convivialidade. E igual destino tem a terceira hipótese: o vendedor retalhista de rua está bem inserido no ambiente humano e local onde trafica.

Se é verdade que a venda de drogas assenta iniludivelmente na rede de amizades e conhecimentos dos intervenientes, não é menos verdade que o vendedor, no cado do fornecimento, tem apenas conhecimento do seu fornecedor direto, desconhecendo tudo quanto se passa acime desse indivíduo, amigo ou conhecido.

Os laços de confiança que ligam o vendedor aos clientes e aos fornecedores e o carácter informal e doméstico deste mercado conduzem a que as transações se realizam de forma pessoal e direta (Chaves, 1999; Coomber & Turnbull, 2007; Cunha, 2001; Dorn et al., 1992; Dunlap e Johnson, 1996; Ech, 1994; Fernandes, 1998; Jacinto et al., 2008; Little & Steinberg, 2006; Murphy, Waldorf & Reinerman, 1990; Recasens et al., 2007; Steinman, 2003;).

A ligação entre a rede social do vendedor de droga e o funcionamento do mercado de drogas em contexto recreativo está, como foi já referido, documentado por vários autores. A preferência por contactos diretos e pessoais é também do conhecimento da comunidade dedicada a esta área de estudo. Todavia existe um aspeto relativo aos meios de comunicação utilizados pelos intervenientes deste mercado para realizarem as suas funções/operações que se apresenta como importante, recorrente e novo nesta matéria. Trata-se da utilização de SMS (*Short Message Service*). O SMS é o principal e por vezes até exclusivo meio de comunicação entre o vendedor e o fornecedor e entre o vendedor e os clientes e vice-versa. O SMS apresenta vantagens em relação aos restantes meios de comunicação, é simples, acessível, barato e difícil de rastrear. O ato de escrever, enviar e receber um SMS é de tal forma simples, comum e frequente que não pode por si só constituir um comportamento suspeito. O telefonema é rejeitado pelo risco de rastreamento de chamadas, sendo que esta preocupação já foi demonstrada em estudos anteriores (Jacinto et al., 2008).

Importa agora abordar a perceção que o vendedor de drogas tem de si mesmo enquanto tal e dos outros relativamente à sua pessoa e à sua atividade. Os vendedores retalhistas de drogas num contexto recreativo não se reconhecem como traficantes, evitam mesmo palavras como traficante e tráfico. A rejeição da imagem de traficante e de determinadas nomenclaturas por aqueles que se consideram apenas vendedores de drogas leves, com rendimentos relativamente pequenos, não é nova na comunidade científica dedicada a esta matéria (Martins, 1984; Cunha, 2001; Coomber & Turnbull, 2007; Jacinto et al., 2008). “*Trafuca*” será aquele que vende heroína ou aquele que faz a importação e distribuição nacional e/ou

regional de drogas e que com isso atinge rendimentos elevados. O indivíduo que vende a retalho, a um grupo relativamente limitado de amigos e conhecidos, drogas consideradas mais leves, num espírito mais informal e auferindo para si rendimentos pouco exuberantes vê-se e acredita ser visto como um vendedor, é o indivíduo que na literatura anglo-saxónica é chamado de *dealer* (Martins, 1984; Tunnell, 1993).

Quanto à importância que a atividade de venda de drogas tem na vida destes vendedores pode perceber-se que a venda de drogas é vista por estes indivíduos como uma oportunidade de fazer dinheiro. É este o sentido que os vendedores dão à venda de drogas, é uma oportunidade de obter dinheiro. O rendimento obtido com a venda de droga pode ser destinado a vários fins e ter vários pesos, pode ser destinado a suprir a falta de um rendimento pessoal base, sendo assim essencial para a sobrevivência do indivíduo, a ser o complemento do rendimento base ou o rendimento destinado aos luxos e gastos extraordinários (Dorn et al., 1992; Little & Steinberg, 2006; Jacinto et al., 2008). Vê-se, face ao que foi acima referido, verificada a quarta hipótese de trabalho formulada neste estudo: o vendedor retalhista de rua vê a sua ocupação como um meio de subsistência indistinto de qualquer outro. Contudo, é necessário chamar a atenção para um facto, apesar de os vendedores retalhistas de drogas num contexto recreativo desenvolverem a sua atividade com a habilidade de profissionais da matéria, existe um reconhecimento velado, na generalidade dos casos, de que esta atividade não é benigna e que se a oportunidade surgisse abraçariam uma ocupação lícita em detrimento da venda de drogas. Contrariando algumas vozes da literatura científica (Sommers, Baskins & Fagan, 1996).

Os vendedores são, na generalidade, vendedores-consumidores. Mas o consumo dos vendedores parece-nos não problemático, nomeadamente, ao nível financeiro. Contrariamente ao que aponta a literatura existente, o início de uma carreira no tráfico não se deveu à necessidade de se proverem de drogas (Fernandes, 1998; Johnson, 2003).

Por último afigura-se pertinente mencionar o generalizado desconhecimento da legislação relativa ao consumo de droga por parte dos vendedores. A ideia que predomina quando o tema é a lei sobre o consumo é de que este é permitido. Ora. Em Portugal o consumo de drogas foi descriminalizado no ano 2000, todavia, este comportamento persiste como ilícito,

ele constitui uma contraordenação, de acordo com o previsto no artigo n.º 2 da Lei n.º 30/2000 de 29 de novembro.

Já quanto à legislação sobre o tráfico existe o conhecimento de uma das consequências legais, a pena de prisão. É esta consequência que os vendedores mais temem, o que demonstra o reconhecimento integral da sua atividade como tráfico de droga (Fernandes, 1998).

A legislação exerce influência sobre este mercado, no que toca aos vendedores, na medida em que os faz redobrar atenções, ou seja, ter particulares cuidados de segurança. No entanto, não se verifica o verdadeiro efeito dissuasor da lei, que seria fazer cessar os comportamentos. A importância do dinheiro obtido com esta atividade tem maior peso do que a possibilidade de sofrer as consequências legais, nomeadamente, a prisão, para o crime de tráfico. Semelhante observação foi já feita anteriormente pela comunidade científica (Fernandes, 1997; Jacinto et al., 2008; Quintas, 2011). Vemos assim confirmada a nossa quinta e última hipótese de investigação.

## **Conclusões**

Ao iniciar este projeto tínhamos como objetivo central conhecer melhor o mercado de drogas retalhista de cariz recreativo. Acreditamos que conseguimos elaborar alguns contributos para o conhecimento científico desta temática.

Pudemos confirmar as nossas cinco hipóteses de partida: hipótese 1, o mercado de drogas retalhista de rua obedece a padrões de escolha do local que tem que ver com o tipo de droga vendida, a necessidade de clientes, a necessidade de segurança, os negócios existentes nas áreas envolventes ao local do mercado; hipótese 2, o mercado de droga de rua estrutura-se com base em relações de convivialidade; hipótese 3, o vendedor retalhista de rua está bem inserido no ambiente humano e local onde trafica; hipótese 4, o vendedor retalhista de rua vê a sua ocupação como um meio de subsistência indistinto de qualquer outro; e hipótese 5, a legislação relativa ao consumo e ao tráfico não exerce um real efeito dissuasor sobre os vendedores de drogas ilícitas no mercado recreativo

A verificação das nossas hipóteses de partida permitiu-nos tecer algumas considerações gerais. A primeira é que este tipo de mercado de drogas ilegais assenta na informalidade. Das relações, pois o mercado baseia-se em relações de convivialidade desenvolvidas na rede social do próprio vendedor, quer quanto a fornecedores, quer quanto a consumidores e da comunicação, que é feita com o recurso a SMS entre os atores já referidos.

Os amigos, a noite, o álcool e as drogas são elementos de um mesmo cenário.

Intimamente relacionada com a consideração anteriormente formulada apresenta-se-nos uma segunda conclusão, a de que existe nestes mercados uma certa “romantização” da atividade do vendedor de drogas. Agra (2011), a este propósito, referiu que “o consumo de substâncias psicoativas cujo uso não conduz à dependência (...) veio integrar-se no modo de vida normal (pp. 10). Os vendedores de drogas sentem-se normais com a função que desempenham, negam problemas com a polícia, negam sentirem-se alvo de preconceito.

Existe uma “desproblematização” da atividade de vender e consumir drogas neste contexto (Agra, 2011; Jacinto et al., 2008;).

Parte da responsabilidade por esta “romantização” do tráfico pertence à importância dos rendimentos com ele obtidos que são o motivo que norteia a atuação destes vendedores (Neves, 1998).

Ainda que se tenha verificado o que acabamos de expor, estes vendedores do mercado de drogas ilícitas recreativas rejeitam a imagem de traficantes de droga. Evitam o uso das palavras *traficante* e *tráfico* e demonstram vontade em ter uma situação laboral lícita e típica. Reconhecem, assim, o carácter negativo da atividade que desenvolvem.

Este estudo não é entendido como a conclusão de um trabalho, mas como o início de vários outros, desde logo que possam colmatar as limitações que apresenta. O número reduzido de entrevistas, a escassez de literatura científica que retrate este tipo de mercado de drogas, a dificuldade de aceder às percepções dos entrevistados, pois são um público difícil, são algumas das limitações do presente trabalho.

Para o futuro, além de colmatar as limitações da presente tese, parece-nos pertinente abordar a intervenção policial sobre este tipo de mercados recreativos, analisar o efeito dissuasor da lei do tráfico nos comportamentos, nomeadamente no que respeita à certeza da punição e quem sabe fazer mesmo um estudo longitudinal para avaliar o percurso de vida (de venda) dos indivíduos entrevistados.



## **Referências bibliográficas**

- Agra, C., Fonseca, E. P., Quintas, J. & Poiares, C. A. (1996). *História da criminalização II. O jogo do aplicador: entre a lei e o fenómeno*. Universidade do Porto.
- Agra, C. (1998). *Entre droga e crime: atores, espaços, trajectórias* (2ª ed.) Cruz Quebrada, Lisboa. Casa das Letras.
- Agra, C. (2001). Elementos para uma epistemologia da criminologia. In Universidade do Porto (Ed.). *Estudos em comemoração dos cinco anos da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*. Coimbra Editora. Retirado de <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23933/2/2623.pdf>
- Agra, C. (2011). Lei e Comportamento. In J. Quintas, *Regulação legal do consumo de drogas: Impactos da experiência portuguesa da descriminalização*. Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda.
- Agra, C. (2011, novembro). Discurso de abertura da conferência *Modelos de regulação das drogas: A experiência portuguesa no contexto europeu*. Conferência realizada pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto.
- Albarello, L., Diegneffe, F., Hiernaux, J-P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (Eds.). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais* (L. Baptista, trad.). (3ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Brantingham, P. J. & Brantingham, P. L. (1981). Introduction: The dimensions of crime. In P. J. Brantingham & P. L. Brantingham (Eds.), *Environmental Criminology* [reedição 1991]. (pp 7-27). Prospect Heights, Illinois. Waveland Press, Inc.
- Burgess, E. W. (1925). The growth of the city: An introduction to a research project. In R. E. Park, E. W. Burgess e R. D. McKenzie (Eds.), *The City*. 6ª ed. (pp 1-46). The University of Chicago Press.

- Castro, J. & Agra, C. (2007). Violence, leisure and actors. An empirical study in Porto. In A. Recasens, A. Rodriguez, M. Barruti, E. Marlière, C. Agra, J. Castro (...), P. Hadfield. *Violence between young people in leisure zones* (pp 115-140). Brussels University Press: Vubpress
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In Poupart, J., Deslauriers, J-P., Groulx, L.-H., Laperrière, A., Mayer, .T & Pires, Á. P. (Eds). *A pesquisa qualitativa – Enfoques epistemológicos e metodológicos* (A. C. Nasser, trad.), (pp. 295-316). Petrópolis: Editora Vozes.
- Chaves, M. (1999). *Casal Ventoso: Da gandaia ao narcotráfico*. Lisboa: Imprensa de ciências sociais.
- Clarke, R. V. (1997). *Situational crime prevention: Successful cases* (2<sup>a</sup> ed.). Guilderland, New York. Harrow and Heston, Publishers.
- Clarke, R. V. & Weisburd, D. (1994). Diffusion of crime control benefits: Observations on the reverse of displacement. In R.V. Clarke (ed.), *Crime Prevention Studies*, Vol. 2. (pp. 165-182). Monsey, New York. Criminal Justice Press. Disponível em: [http://www.popcenter.org/library/crimeprevention/volume\\_02/08clarke.pdf](http://www.popcenter.org/library/crimeprevention/volume_02/08clarke.pdf)
- Cohen, A. (1971). *Delinquent Boys: the culture of the gang*. New York: The Free Press
- Cohen e Felson (1979). Social Change and Crime Rate Trends: A routine activity approach. *American Sociological Review*, 44: 588-608. Disponível em: [http://www.personal.psu.edu/exs44/597b-Comm&Crime/Cohen\\_FelsonRoutine-Activities.pdf](http://www.personal.psu.edu/exs44/597b-Comm&Crime/Cohen_FelsonRoutine-Activities.pdf)
- Coomber, R. & Turnbull, P. (2007). Arenas of drug transactions: Adolescent cannabis transactions in England – Social supply. *Journal of Drug Issues*, 37 (4): 845-865. doi: 10.1177/002204260703700406

- Cunha, M. I. P. (2001). Do tráfico retalhista em Portugal: as redes da semi-periferia. *Themis : Revista da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, 2 (4): 41-60. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5243>
- Cunha, M. I. P. (2007). A violência e o tráfico: para uma comparação dos narco-mercados. In Ana Cláudia Marques, *Conflitos, política e relações pessoais*. (pp. 173-179). Campinas, Pontes Editores. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/7651>
- Cusson, M. (1989). *Délinquants pourquoi?* Québec: Bibliothèque Québécoise.
- Cusson, M. (2007). *Criminologia*, 2ª ed. Trad. Josefina Castro. Cruz Quebrada: Casa das Letras.
- Dey, I. (1993). *Qualitative data analysis: A user-friendly guide for social scientists*. London: Routledge.
- Dias, J. e Andrade, M. (1997). *Criminologia: O homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra Editora
- Dorn, N., Murji, K. & South, N. (1992). *Traffickers: Drug markets and law enforcement*. London. Routledge.
- Dorn, N., Oette, L., & White, S. (1998). Drugs Importation and the Bifurcation of Risk: Capitalization, Cut Outs and Organized Crime. *The British Journal of Criminology*, 38 (4): 537-560. Disponível em: <http://bjc.oxfordjournals.org/content/38/4/537.full.pdf+html>
- Dunlap, E. e Johnson, B. (1996). Family and human resources in the development of a female crack-seller career. *Journal of Drug Issues*, 26 (1): 175-198. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2756977/>
- Duprez, D. & Kokoreff, M. (2000). *Les Mondes de la Drogue*. Paris: Editions Odile Jacob.
- Eck, J. E. (1994). *Drug markets and drug places: A case-control study of the special structure of illicit drug dealing* (Doctoral Dissertation). University of Maryland, USA.

- Fade, S. (2003). Communicating and judging the quality of qualitative research: the need for a new language. *Journal of Human Nutrition and Dietetics*, 16: 139-149
- Felson, M. (2002). *Crime and Everyday life*. 3ª ed. California. Sage Publications Inc.
- Fernandes, J. L. (1997). *Actores e territórios psicotrópicos: etnografia das drogas numa periferia urbana* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Psicologia, Universidade do Porto. Retirada de: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18145>
- Fernandes, J. L. (1998). The world of the dealer and the exposure to dust. *Itaca*, 3: 71-84. Retirado de: [http://sigarra.up.pt/fpceup/en/publs\\_pesquisa.FormView?P\\_ID=76774](http://sigarra.up.pt/fpceup/en/publs_pesquisa.FormView?P_ID=76774)
- Fernandes, J. L. & Carvalho, M. C. (2000). Por onde anda o que se oculta: O acesso a mundos sociais de consumidores problemáticos de drogas através do método *snowball*. *Revista Toxicodependências*, 6 (3), 17-26. Retirado de <http://www.idt.pt/PT/Investigacao/Documents/artigo/Fernandes.pdf>
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica* (trad.). Lisboa: Monitor.
- Fontana, A. & Frey, J. (2000). *The interview: From structured questions to negotiated text*. In N.Denzin e Y.Lincoln (Ed.s), *Handbook of qualitative research* (2ª Ed.), Londres: Sage. Retirado de: [http://books.google.pt/books?id=CdCGek5KJ\\_QC&pg=PA61&lpg=PA61&dq=the+interview:+from+structured+questions+to+negotiated+text&source=bl&ots=RP2YsKHcDF&sig=tadthqDriKG2iIJAdp-kqMS3uRQ&hl=pt-PT&sa=X&ei=j5VdUbydO6qP7AauuYDwCA&ved=0CCsQ6AEwAA#v=onepage&q=the%20interview%3A%20from%20structured%20questions%20to%20negotiated%20text&f=false](http://books.google.pt/books?id=CdCGek5KJ_QC&pg=PA61&lpg=PA61&dq=the+interview:+from+structured+questions+to+negotiated+text&source=bl&ots=RP2YsKHcDF&sig=tadthqDriKG2iIJAdp-kqMS3uRQ&hl=pt-PT&sa=X&ei=j5VdUbydO6qP7AauuYDwCA&ved=0CCsQ6AEwAA#v=onepage&q=the%20interview%3A%20from%20structured%20questions%20to%20negotiated%20text&f=false)
- Ford, J. M. & Beveridge, A. A. (2004). Bad neighborhoods, fast food, 'sleazy' businesses, and drug dealers: Relations between the location of licit and illicit businesses in the urban environment. *Journal of Drug Issues*, 34: 51-76.

- Fraser, M. & Gondim, S. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 14 (28): 139-152.
- Gilliam, J. T. (2006). *Determinants of individual drug market patterns: Ecological predictors of where individual drug users buy their drugs* (Doctoral Dissertation). University of Oklahoma, USA.
- Glaser, B., G. & Strauss, A. L. (1967). *Grounded Theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine de Gruyter.
- Hawley, A.H. (1981). Human ecology: Persistence and change. *American Behavioral Scientist*, 24: 423-444. doi 10.1177/000276428102400307.
- Jacinto, C., Duterte, M., Sales, P. & Murphy, S. (2008). “I’m not a real dealer”: The identity process of ecstasy sellers. *Journal of Drug Issues*, 38: 419-444. Doi: 10.1177/0022042600803800203
- Johnson, B. D. (2003). Patterns of Drug Distribution: Implications and Issues. *Substance Use & Misuse*, 38 (11-13): 1789-1805. doi: 10.1081/JA-120024241.
- Johnson B. D., Dunlap, E. & Tourigny, S. C. (2000). Crack Distribution in New York. In M. Natarajan & M. Hought (Eds.), *Crime Prevention Studies*. (pp 19-57). Monsey, Nova Iorque. Criminal Justice Press. Disponível em: [http://www.popcenter.org/library/crimeprevention/volume\\_11/02JohnsonDunlap.pdf](http://www.popcenter.org/library/crimeprevention/volume_11/02JohnsonDunlap.pdf)
- Kvale, S. (1996). *Interviews*. London: Sage Publications
- Lessard-Herbért, M., Goyette, G. & Boutin, G. (1994). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Little, M. e Steinberg, L. (2006). Psychosocial correlates of adolescent drug dealing in the inner city: Potential roles of opportunity, conventional commitments, and maturity. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 43 (4): 357-386. Doi: 10.1177/0022427806291260

- Mack, N., Woodsong, C., MacQueen, K., M., Guest, G., Namey, E. (2005). *Qualitative research methods: A data collector's field guide*. North Carolina, USA: Family Health International. Retirado de <http://www.fhi360.org/NR/rdonlyres/emgox4xpcoyrqspsgy5ww6mq7v4e44etd6toiejyxalhbmK5sdnef7fqlr3q6hlwa2ttj5524xbn/datacollectorguideenrh.pdf>
- Marlière, E. (2007). Violence between young people going out at night in Paris and the surrounding region. In A. Recasens, A. Rodriguez, M. Barruti, E. Marlière, C. Agra, J. Castro (...), P.Hadfield. *Violence between young people in leisure zones* (pp 31-58). Brussels University Press: Vubpress
- Maroy, C. (1995). *A análise qualitativa de entrevistas*. In L. Albarello, F. Diegneffe, J-P. Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy, & P. Saint-Georges (Eds.). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais* (L. Baptista, trad.). (3ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Martins, A. G. L. (1984). *Droga: Prevenção e tratamento, combate ao tráfico*. Coimbra: Livraria Almedina
- Matrix Knowledge Group (2007). The Illicit Drug Trade in The United Kingdom. *Home Office Online Report, 20*: 16-27. Disponível em: <http://www.tomfeiling.com/archive/HomeOfficeondrugstrade2007.pdf>
- McCord, E. S.& Ratcliffe, J. H. (2007), A Micro-Spatial Analysis of the Demographic and Criminogenic Environment of Drug Markets in Philadelphia. *The Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 40 (1): 43-63. Disponível em: [http://www.jratcliffe.net/papers/McCord\\_Ratcliffe%20\(2007\)%20Microspatial%20analysis%20of%20drug%20markets%20in%20Phila.pdf](http://www.jratcliffe.net/papers/McCord_Ratcliffe%20(2007)%20Microspatial%20analysis%20of%20drug%20markets%20in%20Phila.pdf)
- McLaughlin, E., & Muncie, J. (2001). *The Sage Dictionary of Criminology*. London: Sage Publications.

- Miller, W. (1958). Lower class culture as a generating milieu of gang delinquency. *Journal of Social Issues*, 14: 5-19. Disponível em: <http://courses.missouristate.edu/karlkunkel/soc540/miller.pdf>
- Murji, K. (2007). Hierarchies, Markets and Networks: Ethnicity/Race and Drug Distribution. *Journal of Drug Issues*, 37(4): 781-804. doi: 0022-0426/07/04781-804.
- Murphy, S, Waldorf, D. & Reinerman, C. (1990). Drifting into dealing: Becoming a cocaine seller. *Qualitative Sociology*, 13 (4): 321-343.
- Neves, T. (1998). Etnografia das drogas no bairro do Cerco do Porto: A economia subterrânea. *Antropológicas*, edição especial: 179-181. Disponível em: [sigarra.up.pt/fpceup/pt/publs\\_pesquisa.show\\_publ\\_file?pct\\_gdoc..](http://sigarra.up.pt/fpceup/pt/publs_pesquisa.show_publ_file?pct_gdoc..)
- Park, R. E. (1925). The city: Suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment. In R. E. Park, E. W. Burgess e R. D. McKenzie (Eds.), *The City*. 6ª ed. (pp 1-46). The University of Chicago Press.
- Patton, M. (1990). *Qualitative evaluation and research methods*. California,: Sage. Retirado de <http://legacy.oise.utoronto.ca/research/field-centres/ross/ctl1014/Patton1990.pdf>
- Poiars, C. A. (1996). *História da Criminalização I: O discurso do legislador* (Tese de doutoramento). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Poiars, C. A. (1999). Contribuição para uma análise histórica da droga. *Revista Toxicodependências*, 5 (1): 3-12. Retirado de: [http://www.idt.pt/PT/RevistaToxicodependencias/Artigos%20Ficheiros/1999/1/artigo%201\\_1999.pdf](http://www.idt.pt/PT/RevistaToxicodependencias/Artigos%20Ficheiros/1999/1/artigo%201_1999.pdf)
- Poupart, J. (1997). A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In J. Poupart, J-P. Deslauriers, L. H. Groulx, A. Laperrière, T. Mayer & A. P. Pires, (Eds). *A pesquisa qualitativa – Enfoques epistemológicos e metodológicos* (A. C. Nasser, trad.). Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.

- Quintas, J. (2011). *Regulação legal do consumo de drogas: Impactos da experiência portuguesa da descriminalização*. Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda.
- Recasens, A., Rodriguez, A., Barruti, M., Marlière, E., Agra, C., Castro, J. (...), Hadfield, P. (2007) *Violence between young people in leisure zones*. Brussels University Press: Vubpress
- Ruquoy, D. (1995). Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In L. Albarello, F. Diegneffe, J-P. Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy, & P. Saint-Georges (Eds.). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais* (L. Baptista, trad.). (3ª ed.). Lisboa: Gradiva
- Saint-Georges, P. (2011). Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios económico, social e político. In Albarello, L., Diegneffe, F., Hiernaux, J-P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (Eds.). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais* (L. Baptista, trad.). (3ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Schensul, J. J., Diamond, S., Disch, W., Bermudez, R. & Eiserman, J. (2008). The diffusion of ecstasy through urban youth networks. *Journal of Ethnicity in Substance Abuse*, 4 (2): 39-71.
- Selmini, R. (2007). Violence among young people in leisure time. The case study of the city of Bologna. In A. Recasens, A. Rodriguez, M. Barruti, E. Marlière, C. Agra, J. Castro (...), P.Hadfield. *Violence between young people in leisure zones* (pp 89-114). Brussels University Press: Vubpress
- Shaw, C. R. & McKay, H. D. (1942). Juvenile delinquency and urban areas. In J. E. Jacoby (Ed.), *Classics of Criminology*. 2º ed. (pp 19-25). Illinois. Wavelan Press, Inc.



- Sherman, L. W. (1995). Hot spots of crime and criminal careers of places. In J. E. Eck & D. Weispurb (Eds.) *Crime and place*. Vol. 4 Crime Prevention Studies, pp 35-52. Monsey. New York. Criminal Justice Press.
- Sommers, I., Baskins, D. & Fagan, J. (1996). The structural relationship between drug use, drug dealing, and other income support activities among women drug sellers. *Journal of Drug Issues*, 26 (4): 975-1006.
- Steinman, K. (2003). Drug selling among high school students: related risk behaviours and psychosocial characteristics. *Journal of Adolescent Health*, 36: 71.e1-71.e8. doi: 10.1016/j.jadohealth.2003.12.012
- Sutherland, E., Cressey, D. & Luckenbill, D. (1992). *Principles of Criminology*. Lanham: General Hall
- Taniguchi, T. A., Ratcliffe, J.H. & Taylor, R.B. (2001) Gang set space, drug markets, and crime around drug corners in Camden. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 48(3): 327-363. doi: 10.1177/0022427810393016.
- Tunnell, K. D. (1993). Inside the drug trade: Trafficking from the dealer's perspective. *Qualitative Sociology*, 16 (4): 361-381.
- United Nations Office on Drugs and Crime (2012). *Drug Trafficking*. United Nations. Disponível em: <http://www.unodc.org/unodc/en/drug-trafficking/index.html>
- Watters, J. & Biernacki, P. (1989). Targeted sampling: Options for the study of hidden populations. *Social Problems*, 36 (4): 416-430.
- Wright, R. A. & Miller, J. M. (Eds.) (2005). *Encyclopedia of Criminology* (volume 3). New York, EUA: Routledge.

## Anexos

### Anexo 1. Guião de Entrevista

<p><u>Objetivo geral:</u> Perceber o funcionamento dos mercados de droga retalhista de rua em espaços urbanos.</p> <p><u>Questão de investigação:</u></p> <p>Como funciona o mercado de drogas de cariz recreativo, de rua, numa zona de diversão noturna na cidade do Porto?</p> <p><u>Objetivos específicos:</u></p> <p>Perceber de que forma se efetua a implementação espacial do mercado de drogas, nomeadamente, se os espaços utilizados pelos cidadãos nas suas atividades de rotina são necessários à formação de um mercado de droga retalhista de rua, se os negócios existentes nas áreas envolventes, o tipo de droga, a necessidade de segurança e a necessidade de clientes influenciam a escolha do local do mercado de drogas. Procuraremos, ainda, perceber a natureza e as dinâmicas das relações estabelecidas entre vendedor/fornecedor e vendedor/consumidor, perceber o impacto dos ganhos obtidos com venda de drogas na vida do vendedor, o impacto da legislação nacional sobre o consumo e sobre o tráfico sobre as dinâmicas dos mercados de droga urbanos.</p>			
SUBDIMENSÕES	OBJETIVOS	EXEMPLOS DE QUESTÕES	OBSERVAÇÕES
Informação Pessoal	<b>1. Proceder a uma breve caracterização do entrevistado</b>	<i>Género</i>  <i>Que idade tem?</i>  <i>Onde reside?</i>  <i>Que habilitações literárias possui?</i>  <i>Qual a sua situação</i>	Verificar a relação entre esta informação pessoal e o conteúdo da entrevista

*Estudo sobre um mercado recreativo de drogas no Porto*

		<p><i>laboral?</i></p> <p><i>Como ocupa os seus tempos livres?</i></p> <p><i>Qual a situação familiar de origem e a atual?</i></p>	
Funcionamento do mercado de drogas	<b>2. Perceber a implementação espacial do mercado de drogas</b>		Pretende-se que o indivíduo discorra sobre os critérios de escolha do local onde vende droga, a forma como funciona a implementação num local.
	<b>2.1. Compreender a importância para a implementação espacial do mercado de drogas dos espaços utilizados pelos cidadãos nas suas atividades de rotina</b>	<p><i>Porque escolhe este local?</i></p> <p><i>Porque escolheu uma zona tão movimentada/exposta?</i></p>	
	<b>2.2. Compreender a importância para a implementação espacial do dos negócios envolventes às zonas de venda de drogas</b>	<p><i>De que forma os bares envolventes influenciam o seu “negócio”?</i></p> <p><i>Acha que o seu “negócio” também os influencia?</i></p>	
	<b>2.3. Compreender a importância para</b>	<i>Que tipos de droga são mais vendidos? Em que</i>	

*Estudo sobre um mercado recreativo de drogas no Porto*

	<b>a implementação espacial do mercado do tipo de droga vendida</b>	<i>quantidades? Por que preços?</i>	
	<b>2.4. Compreender a importância para a implementação espacial do mercado da necessidade de segurança nas transações</b>	<i>Sente correr riscos? Que riscos?</i>  <i>Garante a sua própria segurança?</i>  <i>Que cuidados tem para garantir a sua segurança?</i>  <i>Como vê a Polícia?</i> <i>Ameaça-o? Condiciona-o?</i>	
	<b>2.5. Compreender a importância para a implementação espacial do mercado da necessidade de clientes</b>	<i>Porque escolhe este local?</i>  <i>Porque escolheu uma zona tão movimentada/exposta?</i>	
Relações interpessoais	<b>3. Perceber a natureza e as dinâmicas das relações estabelecidas entre vendedor/fornecedor</b>	<i>O abastecimento é garantido por um único fornecedor?</i>  <i>Que relação tem com ele(s)?</i>  <i>Onde se processa a compra ao fornecedor?</i>  <i>Como comunicam?</i>  <i>Com que frequência?</i>	Procura-se compreender as relações interpessoais que o indivíduo estabelece com os outros intervenientes do mercado de droga.

*Estudo sobre um mercado recreativo de drogas no Porto*

	<b>4. Perceber a natureza e as dinâmicas das relações estabelecidas entre vendedor/consumidor</b>	<p><i>Que idade média tem os consumidores a que vende?</i></p> <p><i>E estatuto social?</i></p> <p><i>Como estabelece comunicação com quem quer comprar?</i></p> <p><i>Como se processa a venda?</i></p> <p><i>Onde? É direta?</i></p>	
Vivência do tráfico	<b>5. Perceber o impacto da venda de drogas ilícitas na vida do vendedor de drogas</b>	<p><i>Quando se iniciou na venda de drogas?</i></p> <p><i>Começou por livre iniciativa ou por influência de família e amigos?</i></p> <p><i>Teve interrupções na sua “carreira”?</i></p> <p><i>Consome?</i></p> <p><i>Como vê os ganhos obtidos com a venda de drogas?</i></p> <p><i>Como se sente ao vender droga?</i></p> <p><i>O que acha que os outros sentem em relação a si?</i></p>	Pretende-se compreender de que forma o indivíduo se iniciou na atividade de venda de drogas, a importância das redes familiares e de conhecimentos nessa atividade, bem como perceber o significado moral que o indivíduo atribui à sua atividade.
Impacto da legislação	<b>6. Perceber o impacto da legislação sobre o tráfico e o consumo sobre as dinâmicas dos mercados de droga urbanos</b>	<p><i>Conhece a lei sobre o consumo de drogas? De que forma</i></p> <p><i>Conhece a lei sobre o tráfico de drogas?</i></p>	Perceber o nível de informação legal que os indivíduos detêm sobre estas matérias. Compreender se a descriminalização do

*Estudo sobre um mercado recreativo de drogas no Porto*

			consumo de droga em Portugal é do conhecimento dos indivíduos e se influencia a orgânica dos mercados.
--	--	--	--